

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA EDUARDA ALVES CORRÊA

**HAITIANOS EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA: O processo migratório Haiti – Brasil
durante a MINUSTAH (2004-2017)**

GOIÂNIA

2021

MARIA EDUARDA ALVES CORRÊA

**HAITIANOS EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA: o processo migratório Haiti – brasil
durante a MINUSTAH (2004-2017)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito e Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de
Goias, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Me. Renzo Nery

GOIÂNIA

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA EDUARDA CORRÊA

HAITIANOS EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA DESDE A COLONIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS: O PROCESSO MIGRATÓRIO HAITI – BRASIL DURANTE A MINUSTAH (2004-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador (a): Me. Renzo Nery

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Renzo Nery (Orientador)

Nome d@ Professor

Nome d@ Professor

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus pela oportunidade de vida, por ter me sustentado até aqui, por tanto cuidado e amor.

Agradecer a minha família e em especial ao meu esposo, Gabriel Inácio, por tanto apoio e incentivo.

Ao professor orientador, Renzo Nery, que abraçou o projeto todos esses meses, direcionando e dando todo auxílio necessário para a elaboração e conclusão do trabalho.

A minha amiga, Kellen Crystina Da Lapa Campos, que aguentou meus surtos, minhas revoltas e que em todo momento esteve ao meu lado me auxiliando para que esse projeto pudesse fluir da melhor maneira possível.

Aos meus amigos que participaram de certa forma na pesquisa, na colaboração, na disposição e compreensão dessa fase que eu estava.

Por fim, muito obrigada a todos que me apoiaram em mais esta jornada!

RESUMO

O Haiti é, atualmente, o país mais pobre das Américas, além de enfrentar uma série de dificuldades sociais e estruturais. Muitas das explicações para a situação atual do país se restringem apenas aos desastres naturais sofridos durante a última década, porém, a situação atual do Haiti só pode ser plenamente entendida através de uma abordagem histórica que remonte ao final do século XVIII e à época da conquista da sua independência que, posteriormente, trouxe uma série de desafios a serem enfrentados pelo país - desafios estes que lhe impuseram uma condição de subalternidade que persiste até os dias atuais. Combinado a isto, o Haiti passou por alguns regimes governamentais que desestabilizam a ordem do país, até que fosse necessária a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH, em 2004, que foi liderada pelas forças armadas do Brasil. Durante este período, e com as medidas do Brasil que promoveriam a imigração, muitos haitianos migraram para o Brasil em busca de uma vida melhor e oportunidades, mas aqui acabaram por encontrar o abandono que lhes remonta à situação vivida no Haiti, o preconceito, e a falta de políticas públicas para sua inserção social - situação está que se deseja aprofundar na execução da monografia.

PALAVRAS-CHAVES: Haiti; Brasil; MINUSTAH; Migração.

ABSTRACT

Haiti is currently the poorest country in the Americas, in addition to facing a series of social and structural difficulties. Many of the explanations for the country's current situation are restricted only to natural disasters suffered during the last decade, however, the current situation in Haiti can only be fully understood through a historical approach that goes back to the end of the 18th century and to the time of the conquest of its independence, which subsequently brought a series of challenges to be faced by the country - challenges that imposed on it a condition of subordination that persists to this day. Combined with this, Haiti went through some government regimes that destabilized the order of the country, until it was necessary to create the United Nations Stabilization Mission in Haiti, MINUSTAH, in 2004, which was led by the armed forces of Brazil. During this period, and with the Brazilian measures that would promote immigration, many Haitians migrated to Brazil in search of a better life and opportunities, but here they ended up finding the abandonment that goes back to the situation in Haiti, prejudice, and the lack of public policies for their social inclusion - a situation that it will be deepened in the execution of the monograph.

KEYWORDS: Haiti; Brazil; MINUSTAH; Migration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÕES 1 – Mapa da Parte da Francesa de Saint-Domingue	14
ILUSTRAÇÕES 2 – Revolução Haitiana em 1791	15
ILUSTRAÇÕES 3 – Reunião do CSNU adotando a Resolução 1542	26
ILUSTRAÇÕES 4 – Recepção da seleção brasileira ao Amistoso da Paz.....	30
ILUSTRAÇÕES 5 – Ex-presidente Lula com as tropas brasileiras da MINUSTAH.....	31
ILUSTRAÇÕES 6 – Militar Brasileiro da MINUSTAH com crianças	34
ILUSTRAÇÕES 7 – Destruição causada pelo terremoto de 2010.....	33
ILUSTRAÇÕES 8 – Mãe e seu filho por cima dos destroços de sua casa.....	36
ILUSTRAÇÕES 9 – Principais Rotas do Fluxo Migratório Haiti-Brasil.....	38
ILUSTRAÇÕES 10 – Agente da ACNUR ajudando famílias.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CARICOM – Comunidade do Caribe
CCOPAB – Centro de Operações de Paz no Brasil
CONARE – Comitê nacional de refugiados
CMSP – Centro de Mídias da Educação de São Paulo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MINUHA – Missão das Nações Unidas no Haiti
MITNUH – Missão de transição das Nações Unidas no Haiti
MIPONUH – Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti
MICIVIH – Missão Internacional Civil no Haiti
RNM – Carteira de Registro Nacional Migratório
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIM – Organização Internacional para as Migrações
UNSCOB – Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Droga e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O HAITI: UM PAÍS HISTORICAMENTE MARCADO POR DESAFIOS	13
1.1 Da colonização Espanhola a Francesa até a independência: um breve retrospecto.....	13
1.2 A Revolução Haitiana	16
1.2.1 Os Desafios Após a Independência: A Instabilidade Política.....	18
1.2.2 O Domínio Estadunidense.....	20
1.3 Crise Política Contínua e a Era dos Duvalier.....	21
2 A MINUSTAH E O PAPEL DE ESTABILIZAÇÃO NO HAITI	25
2.1 A Criação da MINUSTAH.....	25
2.2 O Papel do Brasil na MINUSTAH.....	28
2.2.1 Terremoto e a Crise Humanitária.....	33
3 A MIGRAÇÃO HAITIANA RUMO AO BRASIL DURANTE A VIGÊNCIA DA MINUSTAH	37
3.1 O Fluxo Migratório Haiti-Brasil.....	37
3.1.1 A Proteção aos Direitos dos Refugiados e Migrantes	41
3.1.2 O Despreparo do Governo Brasileiro sobre a Esfera da Imigração e a Recepção da Sociedade Brasileira	43
3.1.3 As políticas públicas para os Estrangeiros.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como foco analisar o processo migratório haitiano e conseqüentemente os desafios e dificuldades enfrentados por eles, antes, durante e depois da migração. Entende-se que a humanidade vive em constante migração, em fluxos que marcaram a história. A migração é definida como mudança, ou movimento de uma pessoa, ou até mesmo um grupo de pessoas que se desloca de sua cidade de origem, ou de seu país, deixando-o para morar em outro (ONU, 2020). Segundo a Organização das Nações Unidas, a migração acontece por diversos motivos, como: busca por melhores condições de vidas, oportunidade de trabalho, estudos, questões familiares, conflito vividos no país de origem, perseguições, terrorismo e até mesmo violações dos direitos humanos.

No que diz respeito à história do Haiti, os povos indígenas caraíbas habitavam a ilha, situada no Caribe, até a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492. Esses povos foram escravizados e sua população nativa teve uma grande redução. A partir do Tratado de Ryswick em 1697, a França ficou com a parte ocidental da ilha caribenha, e assim recebeu o nome de Saint Domingue, considerado o maior domínio francês nas Américas. Com a influência da Revolução Francesa de 1789, os escravos africanos se rebelaram em 1791 e, em 1803 conseguiram acabar com a escravidão e o controle francês na colônia, trazendo um novo conceito de direitos humanos, cidadania universal e participação no governo. Em 1804, declara-se a independência da região, sendo a primeira república negra do mundo, assim chamada de Haiti (NÜSKE; MACEDO, 2019).

Na atualidade, o que tem levado o haitiano a deixar seu país de origem? O histórico haitiano tem um contexto de instabilidade política e econômica, no qual o país possui uma trajetória conturbada que traz conseqüências à toda a população nativa. Sendo assim, a desigualdade social se torna cada vez mais presente, e o país se encontra logo após a sua independência em uma situação grave em vários aspectos. Segundo Gentili (2010, *apud* SANT'ANA, 2017), devido às dificuldades políticas enfrentadas pelo Haiti, na qual a ONU teve participação em forma de intervenção, a MINUSTAH foi criada em prol de reerguer a política haitiana, dando ao Brasil a função de comando as forças de paz no Haiti. O Haiti permaneceu com dificuldades internas e em 2016 vivenciou mais um desastre, não de natureza política ou social, mas climática: a passagem do furacão Matthew que matou mais de 500 mil pessoas e deixou um prejuízo

de aproximadamente de 2 bilhões de dólares, sendo considerado o furacão mais forte e trágico de sua história (AFP, 2017).

Portanto, entende-se que a situação do Haiti está cada vez mais complexa, e a violência, as necessidades básicas, a falta de saneamento básico e a falta de saúde são parte da realidade da maioria dos haitianos. Logo, o índice de migração do país para várias partes do mundo se torna cada vez maior, sendo o Brasil um dos principais destinos dos migrantes, país que esteve à frente do comando das forças de paz do Haiti (SANT'ANA, 2017).

Assim, o trabalho também apresenta as formas pelas quais o Brasil e o brasileiro têm lidado com esse fluxo migratório. Apresentam-se aspectos decisórios e burocráticos acerca da concessão de visto por parte do Brasil, articulando-os à questão humanitária mais ampla, a dizer, a necessidade de garantir condições mínimas de recepção e devida inserção dos haitianos na sociedade brasileira. A partir disso, analisa-se o quanto os fluxos de migrações no Brasil têm crescido, na qual a proposta adotada pelo país inclui a possibilidade de viver e trabalhar do imigrante em legalidade. A política adotada pelo Brasil tem sido inclusiva aos haitianos, mas a questão a ser investigada diz respeito à falta de efetividade da política pública brasileira na socialização dos haitianos e, ainda, à necessidade de conscientizar a população brasileira sobre esse fenômeno. De acordo com Costa de Sá e Silva (2016), a incapacidade do Estado e da sociedade em lidar com as migrações, podem trazer consequências como a exploração da mão de obra e fluxo de trabalhadores clandestinos.

Este trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, procura-se desenvolver um retrospecto histórico do Haiti, que seja capaz de demonstrar como desde a colonização francesa em seu território, o país sofreu com interferências externas que afetaram a estabilidade política e econômica do país nos séculos seguintes. É apresentado um recorte de tempo de dois séculos de história haitiana, no qual o país passou por períodos de progresso e retrocesso sendo escravizado até conseguir conquistar sua independência.

No segundo capítulo, articula-se como objetivo central delinear a ação e o papel da ONU e da MINUSTAH no território haitiano, durante um período de instabilidade política e governos provisórios. No qual a ONU iniciou uma Missão de Paz no Haiti, liderada pelo Brasil. A partir disso, avaliando as relações diplomáticas entre Haiti-Brasil, e o engajamento do governo e militares brasileiros no processo de estabilização do Haiti.

Por fim, no terceiro capítulo, investiga-se a questão migratória Haiti-Brasil, articulando a mesma a hipótese da presente investigação, que é analisar os desafios e dificuldades enfrentadas pelos haitianos ao migrarem para o território brasileiro, observar qual foi a recepção brasileira neste processo de imigração. Avaliando o fluxo de haitianos para o Brasil, e a falta de políticas específicas para a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira.

Este projeto de pesquisa envolve a análise qualitativa a partir das abordagens históricas do Haiti e do conceito de migração para estudar o caso da migração haitiana ao Brasil durante o período em que a MINUSTAH (2004-2017) esteve vigente naquele país. O projeto se utiliza de um vasto referencial bibliográfico para atender e dar sustentação ao estudo de caso proposta pela pesquisa como Gorender (2004), Matijascic (2009), Shen (2015), Soares E Silva (2006), Vieira e Assunção (2006), Labrador e Roy (2021), Filho (2007), Mendonça (2017), Fountura e Uziel (2017), Miura (2014), Acnur (2015), Melo (2017).

I – O HAITI: UM PAÍS HISTORICAMENTE MARCADO POR DESAFIOS

O presente capítulo se encontra estruturado em torno de três eixos investigativos principais: i) buscar-se-á compreender sobre a história do Haiti desde o período colonial quando foram colonizados pela Espanha e a França, apresentando um breve retrospecto acerca de como foram as disputas dentro do território, de como as rebeliões dos escravos resultaram na Revolução Haitiana e a forma como a influência externa deixada pela colonização continuou até no pós-independência; ii) apresentar e articular os desafios gerados no pós-independência e a instabilidade política do território ao segundo capítulo, e iii) discorrer acerca da demora da comunidade internacional em reconhecer o Haiti como um Estado que, durante um período extenso, sofreu um grave isolamento internacional, e de como isto afetou seu desenvolvimento como nação e sua estrutura social, colocando o estado em risco de sofrer novas interferências externas como o domínio estadunidense.

Por fim, o capítulo busca ressaltar todo o processo que se deu a construção do Haiti qual foi o resultado de tantas intervenções externas que o país vivenciou, discorrendo sobre a crise política e social contínua e sobre o regime ditatorial do Duvalier. E como se fez necessário a novamente a intervenção externa, entretanto agora de um organismo internacional a ONU, através de uma operação de paz e cooperação multilateral para que o país pudesse restabelecer-se como nação.

1.1 DA COLONIZAÇÃO ESPANHOLA E FRANCESA ATÉ A INDEPENDÊNCIA: UM BREVE RETROSPECTO

O primeiro país a colonizar ilha caribenha foi a Espanha, em 1492, Cristóvão Colombo chegou à ilha e a nomeou “Hispaniola”, se tornando o centro do império espanhol no chamado novo mundo (ORLANDI, 2020). Durante a colonização da Espanha as reservas de ouro da ilha foram exploradas e uma boa parte população nativa¹ foi dizimada. Com isto foi instaurando pelos espanhóis o modelo de exploração escravista, o que incluía o tráfico de escravos (SOARES E SILVA, 2006). Imediatamente o foco da comunidade internacional se voltou para a ilha com a chegada de Cristóvão Colombo no século XV. Ao chegar à ilha, Colombo e sua equipe criam um local para

¹ “Os habitantes originais Taino chamados de Ayti” (SHEN, 2015, TRADUÇÃO NOSSA).

ficarem chamado de *La Navidad*, algum tempo depois Colombo saiu em expedição pelo território com foco na exploração das riquezas da região, deixando uma parte de sua equipe para trás. No qual, estes homens cometeram inúmeros atos de violência contra as aldeias que viviam na região, como resposta simultaneamente o povo nativo se revoltou e destruiu a *La Navidad*, matando todos os homens de Colombo (SHEN,2015).

Após este ato de revolta do povo nativo contra Colombo, povo da ilha se revoltou pela primeira vez contra a colonização espanhola em seu território, mas o poder militar da Espanha era extremamente forte, e a rebelião não obteve êxito (SHEN,2015). Colombo então volta de sua expedição e encontra *La Navidad* as ruínas e totalmente destruída, mesmo assim não desistiu de conquistar o território, um tempo após isto os primeiros colonizadores franceses chegaram a Hispaniola e com o tempo ocupam um terço território. Entretanto, esta invasão não agradou os espanhóis que começaram uma disputa pelo território com a França que foi estendida por vários anos (SHEN,2015).

De acordo com Orlandi (2020), a Espanha apenas cedeu o território já ocupado para a França com a Guerra da Liga de Augsburgo e por conta também do Tratado de Ryswick em 1697 no qual a Espanha aceitou e reconheceu a estada da França no território. Desde modo, os franceses conseguiram a permissão de ocupar e dominar a região já tomada, chamando-a de ilha de Saint-Domingue. O perfil colonial promovido pela França em Saint-Domingue era um cenário de extrema violência dos franceses contra os escravizados. As minorias de brancos eram conhecidas por seu tratamento sádico e agressivo contra os trabalhadores no campo” (NOGUEIRA,2019). Enquanto isto a ilha gerava um grande lucro para os franceses no qual:

No século XVIII e início do XIX, a colônia francesa mais próspera economicamente, produzindo e exportando açúcar, anil, café, cacau, algodão, entre outros produtos; com uma população escravizada de mais de quinhentos mil escravizados, a maioria africanos (DURANS E ROSENVERCK, 2016, p.130).

Figura 1 – Mapa da Parte da Francesa de Saint-Domingue



Fonte: Bellin e PC Varle – Arquivos públicos franceses, 2021²

A França tinha bastante interesse no território de Saint-Domingue pois “o comércio de açúcar produzido na ilha representava dois terços de todo o comércio francês” (SOARES E SILVA, 2006, p.2). O que possibilitou uma comercialização de êxito aos colonizadores, sendo a principal razão para o “sucesso” a enorme quantidade de escravos que impulsionava as plantações. Para proteger as plantações e às comercializações os donos de terras franceses garantiram “escolta”³ vindas de outras potências “próximas” que também obtinha interesse no comércio da região, como no caso da Inglaterra gerando uma escolta naval (BLACKBURN; 2002).

Após este período de triunfo da França sobre a ilha de Saint-Domingue, Durans e Rosenverck (2016), ressaltam que em 1789 a França passou por um período atribulado com a eclosão da Revolução Francesa. Esta revolução foi iniciada com a queda da Bastilha gerando uma instabilidade política na França. Acrescentando a fase desfavorável aos franceses, a Espanha declarou guerra ao país com o foco na retomada de controle sobre o território de Saint-Domingue, deste modo os franceses fracassaram e começaram a perder o controle sobre a colônia (SHEN, 2015). Posto isto, a população de Saint-

² Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Saint-Domingue#/media/Ficheiro:SaintDomingue.360.jpg> / Acessado em 10 out. 2021.

³ “A Grã-Bretanha e a França protegiam seus impérios com marinhas que compreendiam, cada uma, de sessenta e a oitenta navios linhas e um enxame de embarcações menores, a força naval da Espanha era apenas um pouco menor e incluía os eficientes guarda-costas do Caribe” (BLACKBURN; 2002).

Domingue despertou-se, e iniciou rebeliões⁴ sendo representados por líderes⁵ negros exigindo mudanças⁶ e exigindo a liberdade (MATIJASCIC, 2009). Assim começava a Revolução Haitiana, que marcou todo um território, e incentivou outras nações colonizadas a libertar-se da colonização (NOGUEIRA, 2019).

1.2 A REVOLUÇÃO HAITIANA

A Revolução Haitiana foi bastante intensa e violenta⁷ contra os colonizadores e donos de escravos, houve muitos confrontos acalorados entre os escravos e os colonizadores. Os franceses ficaram desesperados, mandaram milhares de soldados para Saint-Domingue, mas os escravos não se renderam facilmente. Foi uma completa guerra civil interligada a uma inevitável guerra racial, em busca da abolição da escravidão e por liberdade (ORLANDI, 2020).

Figura 2 – Revolução Haitiana em 1791



Fonte: Aventuras na história, 2019.⁸

⁴ “Essa violência fez ebulir no século 18, diversas rebeliões nas fazendas que, cumulativamente, estimularam a explosão de uma revolta generalizada contra os franceses em 1791” (NOGUEIRA; 2019).

⁵ “(...) Liderados por Toussaint L’Ouverture, os haitianos continuam bravamente a luta revolucionária. Os enfrentamentos entre escravos e senhores duraram 12 anos, até 1804” (SOARES E SILVA; 2006, p.3).

⁶ “(...) substituir a mão de obra escrava pela remunerada (...) quebra de monopólio comercial francês para expandir relações comerciais com a Inglaterra e Estados Unidos (MATIJASCIC, 2009, p.5).

⁷ “Com o sentimento de vingança aflorado, os escravizados, em sua rápida tomada da ilha, pilharam, torturou, mutilou, estuprou e matou seus senhores sem dó” (NOGUEIRA,2019).

⁸Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/entenda-o-que-foi-a-revolucao-haitiana-1791.phtml> / Acessado em 10 out. 2021.

Após muitos confrontos a população de Saint-Domingue usou da instabilidade no poder da França para proclamar, por meio de um grupo de revolucionários⁹ negros, a Declaração Preliminar de Independência (GORENDER, 2004). De acordo com Soares e Silva (2006), muitos dos revolucionários negros que promoveram a revolução na ilha eram analfabetos e seu foco central era a batalha contra os opressores brancos, diferentemente da outra parcela dos revolucionários que eram letrados e tinha ideais de influência francesa. Um deste revolucionários era Toussaint L'Ouverture, sendo o líder dos revolucionários que promoveu a revolução no território haitiano, sendo um ex-escravo letrado e que falava francês fluente diferentemente do restante de seu grupo de revolucionários (PINTO,2021).

É importante salientar que neste período a população da ilha de Saint-Domingue queria se ver longe dos domínios franceses e das interferências externas de outras nações. No entanto, uma das ideias e ações que a população não esperava era que o líder da revolução mantivesse a ideia de que os donos de fazendas brancos continuassem no poder, com a desculpa de manter uma relação próxima e favorável à economia da região (PINTO, 2021). O líder da revolução Toussaint L'Ouverture declarou-se governador da ilha em 1801, porém Napoleão Bonaparte que havia assumido o poder da França, não gostou da atitude de Toussaint L'Ouverture e não queria conversa sobre uma possível aliança com os escravos. Com isto, obtendo um poder militar de grande escala, Napoleão enviou tropas à região para restaurar a colonização francesa, conseguiu ganhar algumas batalhas contra os escravos, e capturar o líder deles, Toussaint L'Ouverture (PINTO,2021). Porém, perdeu alguns conflitos e após tantas batalhas decidiram assinar um armistício, entretanto Toussaint L'Ouverture havia morrido, e quem assumiu a liderança contra os franceses foi Jean-Jacques Dessalines (ORLANDI, 2020).

Mesmo com o amplo poder militar de Napoleão, os revolucionários conseguiram obter êxito nos confrontos e de acordo com Gorender (2004), a revolta foi bem-sucedida no qual tiveram triunfo em emancipar e libertar da escravidão todo o território de Saint-Domingue. Finalmente foi lida a “Declaração de Independência definitiva” (GORENDER, 2004, p.300). Soares e Silva (2006) enfatizam que:

A revolução haitiana se transformara no maior movimento negro de rebeldia contra a exploração e a dominação colonial das Américas. O caso do Haiti se torna singular, único a todo o continente. O país foi a

⁹ “(...) mais de 100 mil escravos se levantaram e tomaram a Província do Norte, liderados por Toussaint Louverture (NOGUEIRA,2019).

primeira colônia latino-americana a conseguir a independência e abolição da escravatura sendo que todo processo de revolução e libertação foi conduzido pelos próprios escravos, estes conseguiram, além de realizar a libertação de seu país, realizar também, a própria libertação (SOARES E SILVA, 2006, p.4).

A Revolução Haitiana representou uma virada crucial para a história da América Latina, pois alterou a perspectiva global sobre a região, porém a nova Jordânia que a população de Saint-Domingue estava prestes a adentrar foi repleta de desafios, principalmente pelas diferentes narrativas criadas após a independência.

1.2.1 - Os Desafios Após A Independência: A Instabilidade Política

Um novo Estado-nação surgiu, o Haiti¹⁰, após a independência e com a prisão de L’ouverture, o primeiro governante do novo estado foi Jean Jacques Dessalines que se tornou Imperador em 1804 (PINTO, 2021). Ao obter o comando do novo estado Dessalines criou a “nova Carta Magna com as marcas de construção formal de um Império Negro” (MELO; PONGNON; NAHUN, 2013, p. 464). No entanto o império de Dessalines¹¹ Não durou muito tempo, o imperador foi assassinado em 1806. Com o seu falecimento, o território ficou dividido entre dois comandos distintos que acabou gerando a primeira onda de instabilidade política no país (MELO; PONGNON; NAHUN, 2013).

Após a independência o território haitiano não estava livre de desafios, a colonização e a revolução depositaram uma enorme destruição no território, e principalmente na esfera do comércio. Gorender (2004), retrata que o povo haitiano agora libertados da escravidão largaram o trabalho árduo nas plantações, e seguiram outros caminhos sendo um deles a “agricultura de subsistência”¹².

Após a emancipação do Haiti, a nação passou por um isolamento internacional que não concedeu¹³ o país recuperar-se de seu retardo no desenvolvimento econômico e cultural. Era necessário que outras nações reconhecessem o Haiti como Estado após sua

¹⁰ “Foi batizado de Haiti, em homenagem aos indígenas exterminados com a ocupação europeia” (NOGUEIRA, 2019).

¹¹ “O Imperador Jean Jacques Dessalines foi assassinado em 1806, depois de instituir um modelo de reforma agrária para os novos libertos” (MELO; PONGNON; NAHUN, 2013, p. 465).

¹² “O Haiti saiu do mercado mundial do açúcar e eliminou a possibilidade de progredir em direção a um nível econômico superior. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional” (GORENDER, 2004, p.300).

¹³ A independência declarada em 1804 não rompeu com a estrutura social da ex-colônia francesa. O poder manteve-se centralizado na maioria mulata, garantindo privilégios a defesa de interesses para esta elite com trabalho da grande parcela de haitianos, os ex-escravos negros” (MATIJASCIC, 2009, p.2).

independência, no entanto os outros países observaram que “a independência política do Haiti representou ameaça aos interesses políticos e econômicos das potências europeias, pois temiam que o reconhecimento estimula outras colônias a lutar pela emancipação” (MATIJASCIC,2009, p.6). A França e a Espanha recusaram-se a reconhecer a independência do Haiti (ELLER, 2016). O povo haitiano tinha bastante medo de ser reocupada mesmo após a emancipação pelos franceses e espanhóis pois:

[...] permanecem na parte oriental de Hispaniola e a França está ativamente fazendo lobby na Inglaterra, Espanha e Estados Unidos para isolar o Haiti comercialmente e diplomaticamente. A França enfatiza que o Haiti é uma ameaça ao sistema de plantação e os proprietários de escravos dos países. A comunidade global evita o Haiti, um importante fator que contribui para o empobrecimento posterior do Haiti¹⁴ (SHEN, 2015, p.10, TRADUÇÃO NOSSA).

Os espanhóis provocaram um enorme medo sobre a população do Haiti de serem escravizados novamente e sua integridade territorial recém conquistada voltassem ao poder dos colonizadores, a coroa espanhola não aceitava facilmente a emancipação e em várias regiões do território ocorreu conflitos armados entre o povo haitiano e os espanhóis (ELLER, 2016). Porém, as tropas espanholas não eram preparadas o suficiente para o conflito, e com isto as tropas haitianas venceram a tentativa de reocupação (ELLER, 2016). De outro lado estava a França que “mudou” sua ótica após estes conflitos armados e outras razões, e passou demonstrar que reconheceria a independência haitiana em 1824, entretanto, apesar que não seria fácil, pois requereu que fosse “indenizada”¹⁵ por perder a colônia que tanto lucrava, esta era a condição para a reconhecer diplomaticamente o Haiti como nação (MATIJASCIC,2009). Esta indenização à França, somente foi possível com “um empréstimo concedido por bancos franceses aos haitianos” (FONSECA, 2011, p.57). Com isto, “nos 120 anos seguintes, até 80 % das receitas do Haiti foram para o pagamento dessa dívida”¹⁶ (LABRADOR; ROY, 2021, TRADUÇÃO NOSSA).

¹⁴ “Remain in the Eastern part of Hispaniola and France is actively lobbying England, Spain and the United States to isolate Haiti commercially and diplomatically. France emphasizes that Haiti is a threat to the countries plantation system and slaveholders. The global Community shuns Haiti, a major contributing factor to Haiti’s later impoverishment” (SHEN, 2015, p.10).

¹⁵ Como consequência desse imbricamento, ocorreu a intensificação do empobrecimento do Haiti, pois ao invés de investir no seu desenvolvimento, o país teve que assegurar o pagamento da dívida (FONSECA,2011, p.57).

¹⁶ “Over the next 120 years, as much as 80 percent of Haiti’s revenues went to paying off this debt” (LABRADOR E ROY, 2021).

A estrutura social dentro do novo estado haitiano após a independência estava em constante choque entre a própria população, os negros e mulatos competiam pelo controle do poder do país. A população haitiana estava fragmentada, e por obterem opiniões diversas sobre o formato de política e parcerias que o país deveria continuar ou iniciar, proporcionou com que nações estrangeiras interferisse novamente nos assuntos internos da nação, como no caso dos Estados Unidos e das potências europeias (MATIJASCIC,2009). De acordo com Vieira e Assunção (2006), o grande choque de interesses entre os mulatos e negros acabou se tornando um enorme problema no pós-independência, pois “a aliança entre estes dois extremos poderia ter sido o maior legado desta revolução” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006, p.3).

Dentro deste contexto, o território haitiano se tornou novamente foco de interesses externos assim como no período colonial, com isto a "vulnerabilidade do Haiti a interesses externos foi uma consequência da instabilidade política e da dependência econômica do país” (MATIJASCIC,2009, p.7). Em pontos positivos a Revolução Haitiana que levou à independência do Haiti provou a comunidade mundial uma questão racial, que os negros poderiam se autogovernar, o que era bastante julgado e desacreditado naquele período (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006). Outro ponto positivo foi que a “Revolução Haitiana também trouxe um endurecimento das leis escravistas e dos mecanismos coercitivos” (NASCIMENTO, 2008, p.3).

Um tópico extremamente importante e negativo que ocorreu com o pós-independência, foram as atitudes e posturas de certo modo ditatoriais dos líderes que assumiram o Haiti após a revolução. Por terem sido colonizados e distanciados das suas origens africanas, e aproximados a cultura francesa o perfil de comando haitiano se tornou similares aos de “senhores de escravos, reproduzindo assim, o antigo sistema, agora, com uma nova face” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006, p.4). Ademais, os governos que administraram a nação após a independência colocaram novamente o domínio comercial do território haitiano sob o controle francês com “as produções de café e o pau-Campeche e conseqüentemente na financeira já que o Banco Nacional e o Banco Central no Haiti eram franceses” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006, p.6).

1.2.2 - O Domínio Estadunidense

O Haiti desde a colonização foi sempre alvo de interesses econômicos e políticos externos como já apresentado acima, e deste modo não foi diferente após sua

emancipação. Com potências como Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos direcionando a atenção novamente ao território (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006). No início do século XX Haiti estava avançando a cada fase para estabelecer e estabilizar como Estado, entretanto após sofrer danos vindos da dívida a França o processo caminhava lentamente. De acordo com Filho (2007), até 1915 o Haiti havia sido administrado por 22 governos, e isto gerava crises periódicas, como também interesse externo de controle de outras nações sobre o território.

A partir disto com uma ótica estratégica os Estados Unidos miraram no Haiti em uma possível relação comercial preeminente, com isto obteria inserções políticas e econômicas¹⁷ no território (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006). Foi então que os norte-americanos com a “desculpa” de intervenção ocuparam o território haitiano (FILHO,2007). Um receio norte-americano que contribuiu para a intervenção foi a atuação alemã sobre território haitiano, que faria com que os Estados Unidos perdessem a sua influência na região. A partir disto, em 1915 a 1934 os estadunidenses dominaram o governo do Haiti, usando como base de tal ação promover a “estabilidade política na região” (LABRADOR; ROY, 2021).

Com a ocupação estadunidense o Haiti não experimentou nenhuma estabilidade em toda a nação igual os Estados Unidos apresentavam como razão para a intervenção no território, mas sim revoltas¹⁸ da população contra a interferência americana (FILHO,2007). O envolvimento dos Estados Unidos no território não encerraria com o fim da ocupação, pois nos governos seguintes os estadunidenses continuam a se envolver na administração haitiana (FILHO, 2007).

1.3 CRISE POLÍTICA CONTÍNUA E A ERA DOS DUVALIER

A inferência norte-americana entre os anos de 1915 e 1934 “impôs a segregação racial, o trabalho forçado e a censura da imprensa, além de depor presidentes e legislaturas que se opunham a presença dos Estados Unidos”¹⁹ (LABRADOR; ROY, 2021,

¹⁷ “Agindo diretamente no plano econômico e financeiro, principalmente ao adquirir o controle do Banco Nacional do Haiti, os americanos puderam controlar todo o aparato estatal, assim do controle dessa instituição financeira, começou a americanização de todo o aparelho estatal (VIEIRA E ASSUNÇÃO, 2011, p.7).

¹⁸ “Revolta dos Cacos, camponeses politizados, sob o comando de Charlemagne Peralte, sobressaltou as autoridades americanas e semeou o terror entre a elite de Port-au-Prince” (FILHO,2007, p. 144).

¹⁹ “Imposed racial segregation, forcer labor, and press censorship, and deposed presidents and legislatures that opposet the U.S. presence” (LABRADOR; ROY, 2021).

TRADUÇÃO NOSSA). Deste modo o Haiti nunca se viu realmente autônomo no sistema internacional ou ao menos distanciado do neocolonialismo euro-americano. Após quase vinte anos de intervenção estadunidense, em 1957 o país se viu “livre” totalmente de interferências externas, mas após a retirada dos Estados Unidos, o país se viu preso novamente, agora dentro da própria população quando iniciou-se a Ditadura de François Duvalier²⁰ (LABRADOR; ROY, 2021).

Após a saída dos estadunidenses do território, o Haiti se viu em um regime ditatorial chamado de Era dos Duvalier (MELO, 2021). François Duvalier era médico e conhecido pelo nome de Papa Doc, conseguiu com o apoio dos norte-americanos se tornar presidente de forma democrática, entretanto durante seu mandato “declarou em 1964, sete anos após sua posse, presidente vitalício²¹ e governada autocraticamente o país até sua morte” (FILHO, 2007, p.144). De acordo com Melo (2021), após a morte de Duvalier seu filho Jean Claude Duvalier conhecido pelo nome de Baby Doc, assumiu o cargo de formato autoritário, continuando com o mesmo perfil de administração de seu pai. Durante todo seu regime houve uma corrupção estrondosa e uma ampla repressão a população, com tudo isto acabou sendo “desviados um equivalente de R\$517 milhões na cotação atual”, isto levou o Haiti a uma crise financeira ainda maior do que no início da emancipação (MELO, 2021).

De acordo com Filho (2007), foram cometidas atrocidades que iam contra os Direitos Humanos no Haiti durante a Era dos Duvalier, e isto começou a ganhar destaque dentro da comunidade internacional, que não apoiava tais ações. Esta atenção gerada ajudou a debilitar o regime, então em 1986 ocorreu:

[...] fortes pressões de diversos setores da sociedade haitiana – contrários ao autoritarismo desenfreado e a repressão que marcavam o governo de Baby Doc – apoiados pelos Estados Unidos, atingiram seu ápice com um levante popular que levou à queda do presidente, obrigado a deixar o país (FILHO, 2007, p. 145).

Após quase 30 anos de regime, a Era dos Duvalier, chegou ao fim em 1986, com a sociedade civil indo às ruas com manifestações massivas, e recebendo suporte da comunidade internacional conseguiram expulsar Baby Doc do poder, iniciando uma nova

²⁰ “François Duvalier, também conhecido como Papa Doc, chegou à presidência do país em 1961 e logo tomou a decisão de organizar uma força armada chamada de Tonton Macoute para reprimir os seus opositores” (MELO, 2021).

²¹ “Papa Doc vinculou-se às oligarquias, a hierarquia eclesiástica, a tecnocracia estatal e setores centrais da burguesia para criar e manter o regime vitalício” (FILHO, 2007, p.144).

constituição (LABRADOR; ROY, 2021). Entretanto, a crise política não terminou, visto que mesmo ocorrendo eleições democráticas os presidentes que assumiram sofreram golpes de estado continuamente. Os governos de que administraram o Haiti depois de 1986 foram de Lelis Manigat sofrendo um golpe e assumindo a presidência o General Henry Namphy, em seguida Namphy sofreu um golpe de estado e assumindo a presidência o General Porsper Avril, após isto, Avril foi deposto com a instauração de um governo civil provisório e a juíza Ertha Pascal Trouillot assumiu o governo do Haiti até as eleições (FILHO, 2007).

De acordo com Morales (2015), o povo haitiano ansiava em ter um governo estável e que promoveria desenvolvimento ao país, então em 1990 foram realizadas eleições no qual foi eleito democraticamente Jean Bertrand Aristide, o novo presidente do Haiti. Infelizmente a liberdade com as eleições democráticas na nação não foi longo, houve um novo golpe de estado alguns meses após Aristide assumir. O presidente foi deposto por um complô de militares liderados pelo General Raoul Cédras, e teve que fugir do Haiti recebendo proteção dos Estados Unidos (FILHO,2007). Os estadunidenses através do suporte oferecido ao presidente deposto, ajudou a que ocupassem novamente a região. Deste modo, com esta nova ocupação americana no território haitiano, a OEA e a ONU intervieram decretando embargos econômicos ao país, que atrapalhou os interesses econômicos dos Estados Unidos na região (BEZERRA, 2016).

Com estes embargos vindos da OEA e da ONU, e o suporte dos Estados Unidos, o presidente Aristide retornou ao poder e reformulou as forças militares do país. Casali (2008) destaca que através desta atuação mais ativa no território, a ONU criou inúmeras missões no Haiti nos anos de 1990 para ajudar o país a se estabilizar por completo como Estado, a primeira foi a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA) em 1993 – segunda foi a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (MINUH) em 1996 – a terceira foi a Missão de transição das Nações Unidas no Haiti (MITNUH) em 1997 – a quarta foi a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH) entre os anos 1997²² a 2000 que foi interligada a Missão Internacional Civil no Haiti (MICIVIH).

Outra missão criada pela ONU neste período, de acordo com Bezerra (2016), foi a Missão das Nações Unidas (UNMH), com enfoque em reformular as forças de

²² “Em 1997, a ONU estabelece novamente uma missão, dessa vez com caráter policial, denominada Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti a MIPONUH, com o objetivo principal de auxiliar o governo haitiano na profissionalização da Polícia Nacional Haitiana (BEZERRA, 2016).

segurança do Haiti, e tinha o auxílio do Canadá. Entretanto, este projeto ficou em vigor apenas por dois anos, pois quando Aristide voltou ao poder o projeto foi finalizado. De acordo com Morales (2015), Aristide retornou ao Haiti sob forte proteção militar norte-americana, conseguindo terminar seu mandato, sendo sucedido democraticamente por René Préval. Aristide retornou ao poder sendo reeleito em 2001 de forma pacífica, mas esta fase de paz e de estabilidade novamente não durou muito tempo. De acordo com Casali (2008), em 2003 iniciou inúmeras suspeitas sobre fraudes no governo de Aristide o que não agradou a população e a oposição política. Deste modo, uma onda de instabilidade recomeçou no país:

[...] Eclodiu um conflito armado que assumiu o controle da região norte e espalhou-se por outras cidades. Paralelo aos problemas políticos marginais, expandiram seus domínios em Porto Príncipe, causando um grande comprometimento da ordem interna (CASALI, 2008, p. 62).

Com isto em 2004, o governo de Aristide se tornou insustentável, forçando o presidente a deixar o país e o poder (MORALES, 2015). De acordo com Morais (2018), com o presidente Aristide deixando o poder e o país, a nação haitiana foi administrada por Bonifácio Alexandre que era presidente da Suprema Corte do Haiti, que recorreu à ONU para obter assistência em seu governo. Diante da situação sempre variável na política haitiana o país à beira de uma guerra civil e com a desigualdade social em níveis extremos, a ONU em parceria com o Brasil e outras nações interveio no território novamente, agora com a Missão de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) (BEZERRA, 2016).

Com a crise política e social no Haiti, foi necessário a ONU criar uma nova missão de estabilização e paz na região, o foco no princípio era ficar no máximo 3 meses no Haiti, mas não durou apenas isto. A atuação da MINUSTAH e suas ações no território geraram um ambiente de progresso e reestruturação em inúmeras áreas do território e do governo. Havia uma enorme cooperação de várias nações do grupo de ajuda ao Haiti, com as tropas militares agindo em todo o território para promover um ambiente estável, asseguarção dos Direitos Humanos, assistência médica e humanitária, dentre outras.

É a partir da articulação entre um breve retrospecto histórico do Haiti e o tema das missões de paz da ONU, especificamente a MINUSTAH, que o próximo capítulo busca articular a dimensão temática desta investigação ao seu objeto de estudo concreto.

II – A MINUSTAH E O PAPEL DE ESTABILIZAÇÃO NO HAITI E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo aborda-se a atuação da MINUSTAH no território haitiano, e as suas inúmeras ações relacionadas à missão que de certo modo favoreceu o Haiti por um certo tempo. Além disso, procura-se demonstrar qual foi o papel do Brasil nesta missão de estabilização no Haiti, como também abordar a participação nesta operação projetou o Brasil no âmbito da cultura da manutenção da paz, contribuindo também para sua política externa. Assim, o capítulo almeja compreender também como o terremoto que ocorreu na região, atrapalhou o progresso do Haiti e alavancou uma enorme crise humanitária.

2.1 A CRIAÇÃO DA MINUSTAH

De forma geral, considera-se as operações de paz como uma resposta ativa a situações de crises humanitárias e ameaças à segurança de países em vulnerabilidade, atuando de forma legítima. Basicamente as operações de paz seguem cinco classes que são “prevenção do conflito, promoção da paz, manutenção da paz, imposição da paz e construção da paz” (AGUILAR, 2016, p.688). De acordo com Aguilar (2016), a primeira que a prevenção do conflito abrange e ações na estrutura ou diplomáticas para apaziguar a situação do conflito; a segunda a promoção de paz age no âmbito de negociação; a terceira a manutenção de paz age auxiliando para a preservação de paz; a quarta a imposição de paz envolve as medidas do Conselho de Segurança das Nações Unidas impõe para cessar ou finalizar o conflito; a quinta e última e a construção de paz que e todo um processo de capacidades e planejamentos para chegar a situação de um conflito (AGUILAR, 2016).

Porém a Carta da Organização das Nações Unidas não faça citação direta à ação, mesmo assim de acordo com Aguilar (2016), foram feitas mais 69 operações²³ dentro deste âmbito desde 1948, em inúmeros países, então mesmo sem a citação direta a ONU resguarda as operações de paz²⁴ com base na “[...] Agenda para a paz e Suplemento de uma agenda para a paz” (AGUILAR, 2012, p.215). Deste modo, em 2004, o então

²³ “As primeiras operações criadas no período da Guerra Fria diziam respeito a conflitos envolvendo Estados e suas forças armadas” (AGUILAR, 2016, p. 686).

²⁴ “No total já foram realizadas 67 missões de paz pela ONU” (AGUILAR, 2012, p. 215).

governante da época do Haiti Bonifácio Alexandre, que era presidente da Suprema Corte, antes de assumir a presidência do país, solicitou um pedido de ajuda²⁵ à ONU. A partir deste pedido o Conselho de Segurança da ONU, enviou a “Força Multinacional Interina (MIF)” (FREITAS, 2008). O Conselho de Segurança aprovou o projeto no qual foi criado, então uma operação de paz para o Haiti, os capacetes azuis que são conhecidos os soldados das Nações Unidas adentraram o território haitiano oferecendo assistência a inúmeras áreas (MORAIS, 2018). A princípio a operação de paz deveria atuar na região por um período curto de tempo, apenas para gerar segurança à população, contando com o auxílio central dos Estados Unidos (CASALI, 2008). A partir disto foi criada a Resolução nº 1.529 na qual:

[...] igualmente precedida pela Força Interina Multinacional (MIF), criada pela Resolução nº 1.529 e imediatamente instaurada sob o comando dos Estados Unidos. O intuito era pacificar os ânimos e evitar uma Guerra Civil até que fosse possível estabelecer uma missão de paz da ONU para dar suporte a manutenção da paz e garantir um processo político de transição constitucional e democrático (VIANA, 2009, p.25-26).

Após o curto período de atuação da missão de paz, a ONU observou que o Haiti necessitava de amplo apoio para se manter estável, então decidiu criar a MINUSTAH, em 1 de julho de 2004 pela Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança da ONU, com enfoque em criar um ambiente estável e protegido para o bem-estar da população haitiana. Dentro da Resolução nº 1.542 (2004) ressalta em seus Parágrafos 1); 4); 5); 6) e 7) que a: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti teria um prazo de 6 meses e podendo ser renovada por mais tempo – A missão seria composta tanto por civis e por militares – Obteria um grupo especial de representantes de OEA e da CARICOM, como também instituições financeiras agindo em parceria com as autoridades haitianas. A criação da MINUSTAH reproduziu um novo capítulo para a história do Haiti.

Figura 3: Reunião do CSNU adotando a Resolução 1542

²⁵ “A situação do Haiti estava sendo considerada como uma ameaça a toda região a sua volta” (FREITAS, 2008, p. 46)



Fonte: Devra Berkowitz / United Nations Photos²⁶

Os principais objetivos da MINUSTAH eram:

Assegurar cumprimento da Constituição Haitiana, criando um ambiente político e institucional favorável; reestruturação e treinamento da PNH; Desarticulação do crime organizado; apoiar ações da PNH e da Guarda Costeira; ajudar na organização de novas eleições em todo o país; e monitoramento da situação dos Direitos Humanos no Haiti (BEZERRA, 2016, p. 113).

O contingente efetivo militar e policial da MINUSTAH era composto pelos os países: Brasil, Argentina, Canadá, Benin, Bolívia, Chade, Chile, Equador, Croácia, França, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Paraguai, Paquistão, Peru, Nepal, Uruguai, Portugal, Turquia, Sri Lanka, Estados Unidos, Bósnia-Herzegovina, Burkina Faso, Camarões, China, Colômbia, Egito, El Salvador, Espanha, Granada, Guiné, Iêmen, Madagascar, Mali, Ilhas Maurício, Níger, Nigéria, Romênia, Rússia, Senegal, Serra Leoa, Togo, Vanuatu e Zâmbia (FILHO, 2007). O objetivo principal que a MINUSTAH era que gerasse um ambiente seguro²⁷ e estável na região, como também apoiasse os governos e preservasse os direitos dos civis.

²⁶ Disponível em <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf> / acessado em 16 out. 2021.

²⁷ “Quando as primeiras tropas foram enviadas ao Haiti, o aparato estatal de segurança estava quase falindo e a PNH estava em processo de desintegração e elevada politização em todo da figura do ex-presidente Jean Bertrand Aristide. Gangues locais e grupos de ex-militares armados controlavam áreas consideráveis das maiores cidades do país e chegavam mesmo a atuar ilegalmente como forças locais de segurança” (CAVALCANTE, 2009, p. 3).

2.2 O PAPEL DO BRASIL NA MINUSTAH

O primeiro projeto que o Brasil participou em conjunto com as Nações Unidas foi em 1947 a 1951, com a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs²⁸ (UNSCOB). A partir disto, a presença do Brasil em outros projetos foi constante (MENDONÇA, 2017). A partir da década de 1990, o governo brasileiro obteve uma pacificação em suas relações bilaterais e multilaterais principalmente na América Latina, focalizando-se em destacar-se perante a comunidade internacional. Com vista, em tornar-se mais protagonista em discussões dentro do sistema internacional e de demonstrar sua força militar almejando o Conselho de Segurança, o Brasil promoveu-se ativamente em diversas missões, fazendo parte de mais 38 missões de paz com a ONU, e enviando mais de 20 mil militares brasileiros para os projetos, ademais, um ponto importante a salientar-se sobre a atuação nas operações de paz, e que é uma atitude política sempre estando direcionada a interesses dos países participantes no plano internacional (AGUILAR, 2012). O foco em obter o destaque na comunidade internacional gerou uma combinação de três pilares para a política externa brasileira, sendo elas “[...] participação ativa em operações de manutenção da paz (PKOs), um portfólio significativo de acordos de cooperação e uma presença crescente no mercado global de equipamentos militares”²⁹ (HIRST; NASSER, 2014, p.1, TRADUÇÃO NOSSA).

De acordo com Aguilar (2012), o Brasil sempre atuou em inúmeras esferas dentro das operações de paz, enviando desde militares, médicos, policiais, professores, advogados, dentre outros profissionais. Desse modo, o Brasil ofereceu desde cooperações³⁰ técnicas³¹ à cooperação de desenvolvimento em sua atuação com a ONU. Um ponto a se destacar dentro das operações de paz são os seus princípios universais que

²⁸ “A Comissão foi criada para monitorar a situação dos refugiados na fronteira entre a Grécia e a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia, países que estariam intervindo na guerra civil grega” (MENDONÇA, 2017, p.58).

²⁹ “[...] active participation in peacekeeping operations (PKOs), a significant portfolio of bilateral cooperation agreements and a growing presence in the global military equipment market” (HIRST; NASSER, 2014, p.1).

³⁰ “As especificidades de cada modalidade de cooperação - financeira, técnica, científica, tecnológica, etc. - ditaram o uso mais intenso de um ou outro mecanismo de apoio. No caso da cooperação técnica internacional, pela sua própria característica de compartilhamento de conhecimentos sem qualquer conotação comercial, foi dada ênfase à consultoria especializada, ao treinamento/capacitação de pessoal e à complementação da infraestrutura disponível na instituição recipiendária” (ABC,2021).

³¹ “O governo brasileiro tem como pressuposto fundamental que a cooperação técnica recebida deve contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do País e para a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos” (ABC,2021).

devem ser seguidos corretamente pelas partes envolvidas para não haver atritos dentro da cooperação, dentre elas temos a:

[...] A imparcialidade, fator fundamental para a preservação da legitimidade; o mínimo de uso da força, ou seja, uma postura defensiva e dissuasiva, empregando apenas no caso de agressão por alguma facção e respondendo de maneira proporcional a ação adversa sofrida [...] e a multinacionalidade, essencial para o entendimento de que ali age uma sociedade internacional (AGUILAR, 2012, p.217).

Neste contexto, uma característica bem-vista pela comunidade internacional que as nações participantes obtinham graças às operações de paz era credibilidade (AGUILAR, 2012). Por participar ativamente de operações de paz dentro da ONU e ter criado um grau de credibilidade perante a comunidade internacional, o Brasil foi convocado a participar e liderar as forças militares da MINUSTAH (MENDONÇA, 2017). De acordo com o Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil (2021), o Brasil estava à frente do comando militar da MINUSTAH, com a participação de equipes da Aeronáutica, Marinha e Exército, e com o suporte de forças militares de 20 países. De acordo com as Nações Unidas (2021), o Brasil enviou mais de 37 mil soldados brasileiros para trabalhar em inúmeras ações dentro do território haitiano.

O comando militar da MINUSTAH era administrado pelo General da Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira (CASALI, 2008). O enfoque do Brasil ao aceitar fazer parte da MINUSTAH, não estava centralizado apenas em oferecer assistência humanitária ao Haiti, e sim em obter seu ingresso ao Conselho de Segurança da ONU, e a partir da participação neste projeto poderia gerar mais oportunidades de isto acontecer³² (BEZERRA, 2016). Pois no passado sua ótica era contrária em oferecer ajuda ao Haiti, como pode ser visto no governo brasileiro no início da década de 1990, pois:

(...) o Brasil, como membro eletivo do CSNU, havia sido fortemente crítico da atuação das Nações Unidas, abstendo-se em quatro votações sobre o envio de forças multinacionais ou missões de paz aquele país (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 10).

Entretanto, quando o Presidente Jean-Bertrand Aristide sofreu um golpe de estado tendo que fugir do Haiti de acordo com Fontoura e Uziel (2017), o governo brasileiro

³² “O Brasil defende a ampliação do conselho para refletir a nova ordem mundial e acredita que sua condição de gigante regional lhe dá o direito de tornar-se um membro permanente com direito a veto. Mas a reforma ainda está longe de acontecer (BACHEGA, 2014).

mudou sua percepção sobre a ajuda ao Haiti e passou a vê-la como uma ferramenta para promover sua diplomacia e política externa, assim “[...] inseriu-se no recriado Grupo de Amigos do Haiti, que naquele momento incluía também o Canadá, Chile, EUA e França” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 11). Através desta inserção do Brasil no grupo, o país obteve êxito em promover um papel de relevância nas discussões sobre a situação do Haiti, e de criar relações positivas, proporcionando cooperações futuras com as nações participantes desta missão de paz. Não apenas o governo brasileiro favoreceu-se com o grupo de amigos da Haiti, como os ademais os outros países latino-americanos, pois “[...] a MINUSTAH foi conduzida sob forte influência dos países latino-americanos, seus principais contribuintes de tropas e interessados em inserir aspectos de apoio ao desenvolvimento do mandato” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 12). Portanto, através do desempenho dentro do Grupo de Amigos do Haiti, o Brasil e as outras nações latino-americanos se tornaram de bastante relevância³³ dentro da CSNU.

De acordo com Fontoura e Uziel (2017), a colaboração com a MINUSTAH foi uma oportunidade de enorme aprendizado para o Brasil, pois proporcionou um novo período de interação entre o Brasil e as Nações Unidas, e a nova era de programas da organização. No período da MINUSTAH o governo brasileiro era administrado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, que tinha como foco³⁴ em alterar a imagem do Brasil perante a comunidade internacional com uma política externa voltada a articulação multilateral – ativismo – formular parcerias – e inserir-se nas pautas sobre segurança e paz (FOUNTURA; UZIEL, 2017). Outro ponto central de interesse do governo era “Uma disposição de expandir sua área de atuação do ponto de vista geográfico e temático e de tornar-se um empreendedor normativo” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 10).

A inserção brasileira no território haitiano ocorreu em 2004, quando as primeiras tropas militares brasileiras desembarcaram em Porto Príncipe (FOUNTURA; UZIEL, 2017). O governo Lula com o foco em demonstrar sua política externa e transparecer uma imagem do Brasil como um país receptivo, usou-se do esporte brasileiro³⁵, no qual promoveu um jogo futebol amistoso entre a seleção brasileira e a seleção do Haiti, com a

³³ “Até hoje, a dinâmica do CSNU tem sido, sobre o Haiti, que o grupo de amigos prepara um projeto de resolução que é aprovado com poucas modificações pelos membros do órgão. Isso denota um grande grau de legitimidade por parte do grupo” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 12).

³⁴ “As Nações Unidas e o Conselho de Segurança tornaram-se locus privilegiados para o desdobramento das ambições da política externa brasileira” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 10).

³⁵ “Sob calor intenso, cerca de um milhão de pessoas foram as ruas para recepcionar os jogadores brasileiros – entre eles Ronaldinho Gaúcho e Ronaldo Fenômeno no trajeto do aeroporto ao estádio, em porto príncipe” (MACEDO, 2017).

presença do presidente do Brasil³⁶ no evento. Esta iniciativa foi uma peça-chave para aumentar a credibilidade do Brasil e da missão de paz no Haiti, pois as imagens da recepção haitiana aos jogadores nos carros blindados rodaram o mundo (AGUILAR, 2012). Para este evento foi necessário um amplo planejamento de segurança entre as tropas da ONU e o contingente de militares brasileiros, este evento obteve um resultado eficaz pois foi um “[...] Facilitador da aproximação das tropas brasileiras com a população civil e, por conseguinte, de todos os componentes da ONU” (AGUILAR, 2012, p. 236).

Figura 4: Recepção a seleção brasileira ao Amistoso da Paz



Fonte: Vanderlei Almeida/AFP/Arquivo³⁷

Esta ação brasileira expressou não apenas uma forma pacífica em prol da construção da paz, como também os princípios básicos das relações internacionais como Aguilar (2012) ressalta sendo alguns deles: solução pacífica de conflitos, defesa da paz e a prevalência dos direitos humanos. Após este evento as tropas militares já iniciaram os trabalhos no território haitiano, inclusive já excedendo sua capacidade militar e também

³⁶ “A presença do presidente do Brasil, prestigiando o evento, e das tropas brasileiras que se encontravam no Haiti reforçou a fé em nossa capacidade de trabalhar em conjunto pela estabilidade e a prosperidade de todos os povos, e a imagem do país como um membro atuante da sociedade internacional em favor da paz” (AGUILAR, 2012, p.237).

³⁷ Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-9-momentos-para-entender-a-historia-da-operacao-liderada-pelo-brasil.ghtml> Acesso em 29 nov. 2021.

o que era vigente em seu mandato por agiram em inúmeras tarefas, que de forma positiva gerou melhorias na infraestrutura com obras em estradas e “[...] no bem-estar da população e na própria reedificação do país” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 19). A visão da comunidade internacional sobre essas ações eram:

Essa opção de empregar capacidade fora moldura militar por vezes não encontrava bons ecos nas esferas superiores da ONU, em especial no Conselho de Segurança, mas, com o novo conceito de *Early peacebuilding*³⁸ in *peacekeeping*³⁹, passou a ser melhor aceito e até mesmo estimulado, dentro de um planejamento mais centralizado do setor de cooperação civil-militar da ONU e, por extensão, da MINUSTAH (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p. 19-20).

Estes desempenhos além da capacidade militar do governo brasileiro produziram pontos positivos dentro das forças militares, com o Centro de Operações de Paz no Brasil (CCOPAB), ganhando mais relevância dentro do território brasileiro com a participação do Brasil na MINUSTAH, e sendo reconhecida pelo à comunidade internacional (FOUNTURA; UZIEL, 2017). Através disto, o Brasil foi “considerado referência modelar em operações de paz por inúmeros outros, independente de localização geográfica ou nível de desenvolvimento, comprovando, pois, uma verdade absoluta: o Brasil responde de forma excepcional aos chamamentos das operações de paz” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p.20).

Figura 5: Ex-presidente Lula com as tropas brasileiras atuantes na MINUSTAH em 2004



Fonte: Ricardo Stuckert/ Agência Brasil⁴⁰

³⁸ Expressão que pode ser traduzida como “Construção da paz precoce”.

³⁹ Expressão que pode ser traduzida como “Manutenção de paz”.

⁴⁰ Disponível em <https://www.politize.com.br/minustah-missao-de-paz-no-haiti/> / Acessado em 13.out. 2021

Figura 6: Militar Brasileiro da MINUSTAH com crianças



Foto: Jewel Sawad/AFP/Arquivo⁴¹

O governo brasileiro usou da cooperação técnica para promover mais feitos dentro do território haitiano, entre 2004 e 2006 foram criados vários projetos em esferas da agricultura, meio ambiente, esportes, defesa civil, saúde, combate à violência de gêneros dentre outros (FILHO, 2007). O governo brasileiro tinha uma política de responsabilidade sobre a situação do Haiti por conta da questão geográfica próxima e por solidariedade humana (FILHO, 2007). De acordo com Filho (2007), na esfera da cooperação técnica o Brasil enviou 26 integrantes que eram de 14 instituições nacionais para dar apoio ao governo haitiano. O governo brasileiro enviou também autoridades para distinguir em quais outras esferas o território haitiano necessitava da CTPD brasileira, deste modo, obteve uma projeção internacional enorme e única ao país.

De acordo com Farias e Martins (2019), a participação do Brasil na MINUSTAH reproduziu um aumento de seu prestígio perante a comunidade internacional, como também reproduziu mudanças nos princípios de sua política externa, outro ponto foi a capacidade de liderança usando-se do seu poder militar, no qual salientou a “capacidade do país de exercer efetivamente o poder de polícia em âmbito regional e a coerência com

⁴¹ Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-9-momentos-para-entender-a-historia-da-operacao-liderada-pelo-brasil.ghtml> Acesso em 29 nov. 2021.

a sua política externa” (FARIAS; MARTINS, 2019, p.86). Dentro da esfera da MINUSTAH foi necessário um amplo planejamento logístico do exército brasileiro, nos quais houve uma grande participação de empresas brasileiras no provimento de equipamentos e produtos ao contingente militar. Isto reproduziu o estabelecimento de parcerias entre empresas brasileiras e o corpo militar, no qual correspondeu a um aumento expressivo das marcas brasileiras no exterior (FARIAS; MARTINS, 2019). A expressão militar brasileira no âmbito de treinamento das tropas haitianas e pacificação promovida pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti foi um sucesso perante o ponto de vista internacional. A missão encaminha bem perante as metas do mandato até a catástrofe natural.

2.2.1 Terremoto e a Crise Humanitária

A atuação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti passou por diversas fases, a priori as ações do exército começaram em 2005 e até 2010 ficaram focadas em pacificar Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil, entretanto com o terremoto em 2010, as ações passaram por reformulações e o trabalho do Brasil na missão se voltou a reconstrução no âmbito da segurança como também da infraestrutura no território, e a ajuda humanitária. Antes do desastre natural, a missão estava exercendo com êxito seu mandato com resultados de sucesso, no entanto, no dia 12 de janeiro de 2010, o país sofreu um enorme terremoto com magnitude 7,3 na escala Richter (MENDONÇA, 2018). De acordo com Miura (2014), a ilha do Haiti encontra-se em uma região frágil em termos geográficos pois fica muito próximo da placa tectônica que fica entre o Caribe, sendo uma região delicada e com constantes abalos sísmicos.

O território haitiano já estava na constante luta das consequências geradas desde a colonização que promoveram durante vários anos turbulências econômicas, políticas, falta de desenvolvimento humano, a situação⁴² piorou extremamente quando com o Terremoto gerou uma enorme crise devastadora e caótica no país. Este acontecimento destrutivo atrapalhou⁴³ a trajetória de sucesso contínuo e projetos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, e se tornou “[...] maior tragédia da história do país

⁴² “Logo após o tremor, um surto de cólera atingiu o Haiti, matando de 4,5 mil pessoas e contaminando ao menos 181 mil pessoas” (MACEDO, 2017).

⁴³ O relatório da ONU apontou que falhas nas condições de saneamento no campo da Minustah” (MACEDO, 2017).

[...] mais dramático revés sofrido pela ONU, desde a sua criação” (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p.20).

De acordo com Alessi (2013), às tropas brasileiras⁴⁴ estavam em maior quantidade no epicentro do terremoto, e com isto cerca de 1.200 militares brasileiros agiram rapidamente no salvamento das vítimas do desastre e controle da população, sendo:

A contribuição militar das boinas azuis, brasileiros, foi, assim, fundamental para o estabelecimento do controle imediato da situação, evitando a ocorrência de caos. As vidas deixadas nessa tragédia são, na mais pura essência de justiça, o exemplo absoluto de dedicação e comprometimento, pois todas as baixas ocorreram no cumprimento do dever (FOUNTURA; UZIEL, 2017, p.21).

Figura 7: Destruição causada pelo terremoto de 2010



Fonte: AFP / O Povo⁴⁵

O impacto do Terremoto provocou desmoronamento de edifícios e por volta de 300 mil mortes incluindo soldados da Missão das Nações Unidas⁴⁶ Para a Estabilização do Haiti, mais de 1 milhão de pessoas ficaram sem casa. Diante desta situação o governo brasileiro disponibilizou de imediato o envio de novas tropas como ajuda humanitária ao

⁴⁴ “O Brasil perdeu 18 valorosos militares. Perdas jamais refeitas e que produziram comoção nacional” (MENDONÇA, 2018, p. 60).

⁴⁵ <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/01/12/dez-anos-depois--relembre-o-terremoto-do-haiti-e-ajuda-brasileira-na-tragedia.html>

⁴⁶ “Mais de 100 integrantes do esforço das Nações Unidas no Haiti perderam a vida, inclusive Hédi Annabi, representante especial do secretário-geral da ONU, e o representante especial adjunto, o brasileiro Luís Carlos da Costa” (PATRIOTA, 2014, p.71).

país, isto gerou uma enorme atenção positiva da ONU e da comunidade internacional nas ações de ajuda ligeiras do governo (FOUNTURA; UZIEL, 2017). A solidariedade vinda do Brasil ultrapassou o que se esperava das equipes militares, as tropas se desdobravam em inúmeras para criar um planejamento eficaz para atender todas as vítimas e as demandas vinda da catástrofe. Diversos países que não faziam parte do grupo da MINUSTAH se apresentaram e ofereceram sua ajuda humanitária. A repercussão da catástrofe tomou níveis mundiais por conta da enorme destruição deixando milhares de pessoas sem teto e vivendo em situação de sub-precariedade (PAULA, 2020).

Figura 8: Mãe e seu filho por cima dos destroços de sua casa



Fonte: Carminapher /Cambio Político⁴⁷

De acordo com Patriota (2014), a Nações Unidas fez um Apelo Humanitário Emergencial e recebeu recursos de US \$1,2 Bilhão para dar assistência à população haitiana. O governo brasileiro enviou “[...] 800 toneladas de donativos – alimentos e medicamentos – transportados em voos especiais da Força Aérea Brasileira” (PATRIOTA, 2014, p. 71). O efetivo militar brasileiro no território haitiano foi aumentado, no quesito da MINUSTAH, e suas atividades foram reformuladas para ajuda humanitária, sendo assim:

⁴⁷ Disponível em <https://cambiopolitico.com/cerca-de-1300-muertos-y-5-700-heridos-por-sismo-en-haiti/168014/> acessado em 02 nov. 2021

Não obstante a magnitude da tragédia e a potencial volatilidade causada pelas milhares de mortes e necessidades humanitárias emergenciais, é possível afirmar que o terremoto não chegou a comprometer os progressos logrados pela MINUSTAH em termos de segurança e consolidação institucional. Mesmo no imediato pós-terremoto, o que se verificou, e continua a verificar-se, é que a ordem pública, ainda que frágil, se mantém. Tal circunstância revela que os resultados logrados pela MINUSTAH eram firmes o suficiente para resistir a um teste como o representado pelo terremoto (PATRIOTA, 2014, p.72).

Após o terremoto foi realizada a Conferência Internacional de Reconstrução do Haiti, em março de 2010, em Nova York. De acordo com Patriota (2014), a ONU convocou para esta conferência o Brasil tendo status de copresidida, e a França, Espanha, EUA, Canadá, com seu foco principal de criar um fundo financeiro para o projeto de recuperação do território haitiano, com interligação com o Banco Mundial. No ano seguinte, era necessário ocorrer as novas eleições presidenciais no Haiti, e a MINUSTAH continuou a promover a estabilidade no território para que as eleições ocorressem em normalidades da Lei. No entanto as equipes da MINUSTAH ao passar dos anos foram reduzidas⁴⁸ seguindo ordens do Conselho de Segurança da ONU (MENDONÇA, 2018).

O projeto de reconstrução do Haiti teve que ser paralisado, alguns anos depois com o Furacão Mathew em 2016, que piorou novamente a situação da nação. Muitas famílias já tinham perdido suas residências com o terremoto de 2010, e moravam em barracas, que foram novamente destruídas com o furacão, colocando a sociedade haitiana em mais vulnerabilidade. Em 2016, ocorreu também eleições para presidente, na qual a população pedia a anulação, com isto ocorreu muitos conflitos armados, a MINUSTAH teve que intervir para promover a segurança e estabilidade novamente nas eleições, com isto podendo ser considerado uma última ação da missão para com a nação haitiana, no ano seguinte a MINUSTAH se encerraria (MACEDO, 2017). De acordo com Mendonça (2018), a Missão no Haiti foi considerada pelo governo brasileiro em sua atuação como de sucesso, por conta do imenso número de tropas brasileiras⁴⁹ no território e a quantidade de militares, a diversas atividades promovidas no território, e após 13 anos de desempenho territorial haitiano no final de 2017 foi encerrada a MINUSTAH.

⁴⁸ “[...] o CSNU reduziu os efetivos da MINUSTAH. O Brasil voltou a ter apenas um batalhão e os efetivos do BRABATT e da BRAENGCY passaram a ser de 1.200 e 250 militares, respectivamente” (MENDONÇA, 2018, p.61).

⁴⁹ “Foram 11 *Force Commanders*, 26 Contingentes, 33 Batalhões de Infantaria, 24 Companhias de Engenharia, e ao todo, 35.000 militares do Exército brasileiro” (MENDONÇA, 2018, p. 64).

Porém, mesmo com o desdobramento da comunidade internacional para oferecer ajuda humanitária e auxílio financeiro para a reconstrução do país, muitos cidadãos haitianos seguindo por uma ótica de sobrevivência decidiram deixar o Haiti, em busca por uma melhor qualidade de vida em outra região, pois o governo haitiano era incapaz de oferecer meios financeiros e sociais para a sobrevivência da população mesmo com a ajuda externa, isto gerou uma migração em massa de haitianos para outros países, principalmente o Brasil.

Desse modo, percebe-se como o Brasil passou a ser um destino amplamente escolhido pela população haitiana, com o governo brasileiro concedendo vistos humanitários aos migrantes. Porém, este fluxo migratório entre Haiti-Brasil ultrapassou os limites esperados pelo governo brasileiro, fazendo-se necessário analisar, no próximo capítulo, os desafios humanitários (internacionais e nacionais) que envolvem os dois países.

III – A MIGRAÇÃO HAITIANA: RUMO AO BRASIL DURANTE A VIGÊNCIA DA MINUSTAH

Neste capítulo aborda-se o fluxo migratório de haitianos para o Brasil após o Terremoto no Haiti, em 2010, que provocou o agravamento da crise socioeconômica que o país já se encontrava. Onde houve uma ampla dinâmica de deslocamento de cidadãos haitianos solicitando refúgio em várias nações ao redor do mundo, sendo analisada a rota migratória em direção ao Brasil por conta da sua atuação na MINUSTAH. É abordado o processo de emigração dos Haitianos em busca de oportunidades de trabalho, moradia, saúde e educação, e uma melhor qualidade de vida dentro da sociedade brasileira.

São abordadas as ações do governo brasileiro para a intensa massa de imigrantes haitianos no território, que modificou os mecanismos de ajuda humanitária e promoveu a criação da lei de imigração. A partir disso, analisa-se o quanto os fluxos de migrações no Brasil foram crescendo ao decorrer dos anos, e as propostas adotadas pelo país incluíam a possibilidade de viver e trabalhar para o migrante em legalidade. Demonstrando as políticas adotadas pelo Brasil para a inclusão dos haitianos, um ponto a ser analisado é a questão a respeito da falta de efetividade da política pública brasileira na socialização dos haitianos e, ainda, a necessidade de se conscientizar a população brasileira sobre esse fenômeno. Outro ponto de análise diz respeito à incapacidade do Estado e da sociedade em lidar com as migrações, apresentando-se as consequências da exploração da mão de obra e do fluxo de trabalhadores clandestinos.

3.1 O FLUXO MIGRATÓRIO HAITI-BRASIL

Os fatores que abordam a migração de haitianos para o Brasil estão interligados primeiramente pelas questões estruturais que vem desde a herança colonial e a instabilidade política e econômica do país como foi apresentado no primeiro capítulo. A história de migração de haitianos ao mundo em busca de melhores qualidades de vida não é uma novidade, e tem sido forte desde o século 20 desde a o regime da Era dos Duvalier (MIURA,2014). Deste modo, o fluxo migratório haitiano não foi gerado apenas pelo Terremoto de 2010, uma vez que este fenômeno já ocorria em decorrência da crise socioeconômica gerada pelas intervenções unilaterais no território. Infelizmente, a crise agravou-se a níveis extremos no Haiti em 2010, gerando o deslocamento de refugiados

para novas rotas de migração, sendo o Brasil inserido como principal rota para os haitianos e haitianas por conta da MINUSTAH (DIEME; TONHAI; PEREDA, 2020).

A tendência da migração de haitianos para o território brasileiro não foi observada pela população brasileira até o acontecimento do terremoto, pois antes mesmo do desastre já havia um fluxo de imigrantes adentrando ao território brasileiro, não apenas haitianos, como também bolivianos, sírios dentre outros (MIURA, 2014). De acordo com Joseph (2017), a diversos fatores que favoreceram a escolha do Brasil como principal rota haitiana para a imigração, sendo estes: i) o fato do Brasil ser a porta de entrada para conseguirem visto para outros países; ii) o papel econômico e político que o Brasil desempenha no cenário internacional; iii) a hospitalidade do governo brasileiro aos haitianos, representada pela missão da MINUSTAH; iv) o incentivo do governo brasileiro para a migração legal ao país; v) a propaganda brasileira perante o mundo de ser um país que respeita questões raciais e que oferece auxílio financeiro, impressão que, como é demonstrado, não se confirma, dentre outros fatores. Outro ponto que atraiu os haitianos ao Brasil foram as oportunidades de trabalho geradas pelo desenvolvimento das empresas globais por conta da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Brasil (ALESSI, 2013). A comunidade haitiana adentrou ao Brasil pelas tríplices fronteiras Brasil-Bolívia-Peru, Brasil-Peru-Colômbia, como também estados do norte do país como Acre e Amazonas – já outros adentravam com acesso solicitado pela Embaixada do Brasil em Port-au-Prince pelos aeroportos do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (JOSEPH, 2017).

Com a crise humanitária no Haiti, o Brasil passou a receber diversos pedidos de visto, segundo Tavares (2011), o Ministério do Trabalho com interligação com o Conselho Nacional de Imigração começou o processo de concessão de vistos aos cidadãos haitianos. Todo este processo foi apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados⁵⁰ (ACNUR), e o governo brasileiro dispôs, após o crescente pedidos de refúgio⁵¹ vindo da população haitiana, a conceder o visto humanitário, seguindo a permissão da Resolução Normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração, estabelecido pela Lei nº 6.815 de 1980, que constitui que cidadãos do Haiti podem receber

⁵⁰ A Convenção de 1951 da ONU sobre refugiados e seu protocolo de 1967 são fundamentos da proteção das pessoas refugiadas e estabelecem os princípios legais sobre os quais se baseiam inúmeras legislações e práticas internacionais, regionais e nacionais. O ACNUR, a Agência da ONU para refugiados, trabalha para assegurar que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país e, caso deseje, regressar ao seu país de origem de forma segura (ACNUR, 2021).

⁵¹ Estatuto do Refugiado de 1951, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm Acesso em 16 dez. 2021.

visto por questões humanitárias (ACNUR, 2014). Ademais, o governo brasileiro propôs oferecer apoio aos cidadãos haitianos na busca de emprego e direitos essenciais para se estabelecer no território, porém muitos não conseguiram o amparo do governo e entraram de maneira irregular no país.

Figura 9: Principais Rotas do Fluxo Migratório Haiti-Brasil



Fonte: Conselho Nacional de Imigração / Andressa Virginia (2011)⁵²

O visto concedido era o temporário e de acordo com Tavares (2017), obtinha um limite de tempo de 90 dias, dentro deste período os haitianos deveriam regularizar sua situação perante a polícia federal com os documentos⁵³ necessários para continuar e se

⁵² Disponível em <https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/migracao-haitiana-para-o-brasil/> Acesso em 15 nov. 2021.

⁵³ Carteira de identidade estrangeira e, com este documento, trabalhar, abrir conta bancária e obter outros benefícios (TAVARES, 2017).

estabelecer no Brasil. Após este processo o cidadão obteria a Carteira de Registro Nacional Migratório (RNM), com isto o visto teria a validade de 5 anos, podendo ser prolongado ou alterado para perfil permanente (DELFIM, 2021). A promulgação da Resolução Normativa nº 97/2012, parecia ser a solução para proteger os imigrantes após o fluxo migratório em massa para o Brasil depois do terremoto, a ideia do governo era diminuir a vulnerabilidade, o que se mostrou o contrário. Com o movimento de haitianos sendo contínuo gerou uma pressão sobre o governo federal para agir com práticas e políticas sociais ampliadas para suportar o expressivo fluxo, e não sobrecarregar os governos municipais. A população brasileira começou a pressionar as autoridades e o governo federal a uma solução rápida, a ideia imediata do governo foi limitar os vistos humanitários anuais de certo modo os negando para muitos migrantes, isto não se mostrou eficiente e ampliou os problemas (FERNANDES; MILESI; PIMENTA; CARMO, 2013).

Com os pedidos de vistos negados e limitados não apenas no Brasil, como também ao redor do mundo milhares de cidadãos haitianos ficaram sem opção, e a sua resposta foi recorrer a entrada ilegal a estes países, e por conta das questões ilegais como imigrantes se colocando em risco podendo ser deportados passando por dificuldades extremas a nível do que viviam no Haiti, e passaram a ter seus direitos essenciais negados para poder continuar nos países. Perante a essa situação e com a enorme demanda de solicitações não apenas para o Brasil, mas para outros países e com muitos sendo indeferidos, a ACNUR e o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos suplicaram aos governos que analisassem novamente os pedidos e os renovassem como também alterassem seus mecanismos de ajuda e migração para receber os haitianos (TAVARES,2017).

Estes imigrantes deveriam ser protegidos e os governos deveriam conceder os direitos essenciais de uma sociedade para eles. Deste modo, após todo o trâmite para o visto permanente, o governo brasileiro propôs a promover direitos à educação, saúde, identidade permanente, benefícios previdenciários, carteira de trabalho aos imigrantes haitianos. Isto, gerou uma perspectiva positiva da ONU novamente com o empenho e disposição do Brasil a favor dos imigrantes, com tal acolhimento, automaticamente colocando-se no papel de protagonista em ações humanitárias dentro do cenário internacional. Entretanto, a migração intensa dos haitianos gerou desafios sociais e públicos para o governo brasileiro além do que era esperado, e isso ainda piorou com a

crise financeira de 2014, que alterou de certo modo a percepção dos haitianos de um país de oportunidades que o Brasil apresentava (ROSA; MEJIA; PERICO, 2021).

3.1.1 A Proteção aos direitos dos Refugiados e Migrantes

A Agência da ONU para Refugiados⁵⁴ (ACNUR) é responsável em proteger os cidadãos apátridas⁵⁵, refugiados, solicitantes de refúgio, retornados, deslocados internos, agindo sem atravessar e roubar a obrigação dos Estados, e com o enorme fluxo de migração de refugiados nas últimas décadas em dimensões mundiais, fez com as ações de auxílio da agência fossem contínuas, amparando mais de 10 milhões de pessoas, possuindo mais de 450 escritórios em diversos países. A agência é diferente de outras do âmbito da ONU, recebendo seus recursos financeiros para as atividades e projetos por meio de doações de diversos setores (ACNUR, 2015). A ACNUR garante por meio de legislações e leis a proteção aos direitos fundamentais e básicos dos da Declaração dos Direitos Humanos, como também segue as diretrizes da:

Convenção de 1951 da ONU sobre refugiados e seu protocolo de 1967 são os fundamentos da proteção de refugiados e estabelecem princípios legais sobre os quais se baseiam inúmeras legislações e práticas internacionais, regionais e nacionais. Atualmente, quase 150 países são signatários da Convenção de 1952 e/ou do Protocolo de 1967 (ACNUR, 2015, p.6).

A ACNUR possui o papel de conscientizar as nações sobre as suas obrigações, e fornecer os direitos e deveres dos refugiados sendo eles i) receber auxílio como qualquer estrangeiro de qualquer nacionalidade; ii) ter direitos básicos como direitos econômicos e educação; iii) ter direitos a liberdade, dentre outros (ACNUR, 2015).

Figura 10: Agente da ACNUR ajudando famílias

⁵⁴ “Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), foi criada em dezembro de 1950, por resolução da Assembleia Geral da ONU. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951 [...] em 1995, a Assembleia Geral ampliou o mandato da ACNUR, designando-o como responsável pela proteção e assistência dos apátridas em todo o mundo” (ACNUR, 2015).

⁵⁵ “São pessoas que não tem sua nacionalidade reconhecida em nenhum país” (ACNUR, 2021).



Fonte: ACNUR (2019) / Luiz Fernando Godinho⁵⁶

Porém a uma falta de compressão da sociedade global de diferenciar quem são os refugiados e quem são os migrantes, com muitos casos os indivíduos compreendendo que as duas comunidades são a mesma e as confundindo, entretanto não são, pois, os “refugiados são vítimas de guerras, conflitos e perseguições que estão em situação muito vulnerável” (ACNUR, 2015, p. 7). Enquanto os migrantes “[...] vivem fora de seus países, mas ao contrário dos refugiados, escolhem viver no exterior por motivos econômicos” (ACNUR, 2015, p.9). Dentro destes dois grupos, entretanto, o tratamento recebido em diversas nações é igual, muito preconceito, violações de direitos humanos, intolerância e tratamentos rigorosos.

Sobre esta reflexão e em prol de favorecer os refugiados e imigrantes o governo brasileiro criou o CONARE⁵⁷ em 1997, que seria um órgão que trabalharia no âmbito judiciário a favor dos refugiados, seguindo os princípios destacados no “Estatuto dos Refugiados da Lei 9.474 inspirado pela Convenção de Genebra” (FRANÇA, RAMOS, MONTAGNER, 2019, p. 3). Este órgão com interligação com outros setores do país ajudou a mapear também o fluxo de imigrantes no território, pois o Brasil obtém diversos grupos de refugiados de várias nações vivendo em diversas cidades brasileiras.

E o dever do governo é proteger e fornecer os “documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis que qualquer cidadão estrangeiro em situação regular no Brasil” (ACNUR, 2015, p.16). Mesmo com o governo encarregado de fornecer os direitos fundamentais do estrangeiro em seu território, os imigrantes haitianos passaram por muitos obstáculos voltados ao setor da saúde, a falta de incentivo à educação e poucas

⁵⁶ Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2019/04/15/refugiados-congoleses-ajudam-sobreviventes-ciclone-idai/> Acesso 16 nov. 2021.

⁵⁷ Comitê Nacional para Refugiados (ACNUR, 2015).

chances no mercado de trabalho os fazendo trabalhar em serviços informais que em muitas das vezes vinha do trabalho escravo, que não era acompanhado pelas autoridades brasileiras, e o principal a discriminação por parte da sociedade brasileira. Os cidadãos brasileiros e os migrantes haitianos começaram a entrar em atrito e disputar as mesmas vagas no mercado de trabalho, gerando um grau de complexidade na convivência pacífica e acolhedora entre ambos (ROSA; MEJIA; PERICO, 2021).

Com todo este impasse, de acordo com a ACNUR (2015), foi criada a Lei. 9.474/97, que estabelecia união da CONARE, ONU, Sociedade Civil, e a ACNUR, como encarregados de proporcionar e cuidar das decisões sobre a comunidade de refugiados no Brasil. Para fornecer acesso a todas essas áreas que os imigrantes não tinham, a ACNUR em ligação com setores privados, indivíduos, poder judiciário, e organizações da sociedade civil tornaram-se a rede assistência à comunidade haitiana (ACNUR,2015). Com isto, foi gerada uma rede ampliada de assistência para refugiados e migrantes em todo o território brasileiro, funcionando como uma rede de defesa e orientação à preservação dos direitos dos refugiados e migrantes, assim foram criados os “[...] Comitês Estaduais, para facilitar o acesso de solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas às políticas estaduais e municipais” (ACNUR, 2015, p.19).

Para obter um mapeamento e observar as dificuldades enfrentadas pelos Refugiados o governo com interligação com o CONARE, ACNUR e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada formalizaram uma cooperação entre os órgãos, para promoção de estudos que contribuíram para criar as políticas públicas eram necessárias para a comunidade (IPEA, 2013). Entretanto o governo poderia criar e promover estas cooperações em prol dos refugiados, mas fazer valer todo o processo não foi uma tarefa fácil, o que poderemos observar no próximo tópico, a falta de empenho e o despreparo do governo em lidar com os refugiados e imigrantes.

3.1.2 O despreparo do Governo Brasileiro na esfera da imigração e a Recepção da Sociedade Brasileira

A priori é importante salientar que se o governo brasileiro estivesse realmente preparado para receber os haitianos como ressalta na comunidade internacional, saberiam ajudá-los e orientá-los no quesito que mesmo vindo de um país em crise eles sabiam falar vários idiomas por conta sua história de colonização, e isto poderia ajudá-los a conquistar melhores empregos com bons salários. Entretanto, é perceptível que o governo brasileiro

falhou em fornecer auxílio a esta comunidade, deixando-os por conta própria em um país que eles não sabiam a língua e não tinham apoio educacional, nem ao menos entendiam a cultura, mas percebiam que não recebiam as mesmas oportunidades ou pelo menos próximas dos cidadãos brasileiros (MIURA,2014).

De acordo com Miura (2014), o governo brasileiro principalmente em termos de infraestrutura também não estava preparado para receber tantos haitianos ao nível que apresentava perante a comunidade internacional. Isto agravava ainda mais a situação deles pois suas reservas financeiras ao chegar ao território brasileiro eram mínimas, tanto os que adentraram ao país legalmente ou ilegalmente. Quem resguardava a comunidade haitiana até onde aguentava eram ONGs e Igrejas, os socorrendo com o fornecimento de alimentos, roupas, colchões, lhes dando condições sanitárias, sendo tudo proporcionado por meio de doações, já que o governo não conseguia fornecer isto e nem ao menos controlar a situação em crise os deixando em condições precárias. Deste modo, o governo brasileiro não estava proporcionado o Artigo 1 da Resolução 217 A III da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual estabelece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (UNICEF, 2021).

Estas violações de Direitos Humanos de acordo com Milesi (2010), vem desde o passado, antes da Primeira e Segunda Guerra mundial muitos países não apresentaram distinções entre os direitos de estrangeiros e os dos cidadãos nacionais, porém com as guerras isto foi alterado, pois os conflitos provocaram uma migração em massa em todo o mundo, assim várias nações criaram restrições envoltas por distinção de etnias e raças deste modo violando os direitos humanos, e este quesito era bem evidenciado na constituição brasileira⁵⁸ principalmente no período da Ditadura. Através das décadas e com os fins dos conflitos em grande escala as violações dos Direitos Humanos aos imigrantes tornaram-se destaque em debates internacionais e os governos mundiais, incluindo o Brasil, tiveram que reformular suas políticas as tornando menos rígidas e mais flexíveis para a imigração, estabelecendo mais dignidade e direitos fundamentais a esta comunidade em vulnerabilidade.

O governo brasileiro administrado pela então presidente na época Dilma Rousseff reconheceu as falhas sobre a esfera da imigração e na esfera de repasses de recursos para

⁵⁸ “A constituição de 1937 é mais restritiva ainda, quando limita a entrada no país de certas raças ou origens, privilegiando abertamente a imigração europeia” (MILENI, 2010, p.2).

os órgãos estaduais para gerar assistências a comunidade de migrantes, em vista de modificar esta falha o governo criou um planejamento de realocação e reorganização da comunidade haitiana no país pois em alguns estados estava ocorrendo uma superlotação (MIURA, 2014). O governo percebeu por estas situações que as suas políticas públicas para migração estavam desatualizadas, e reproduzia uma situação de completa vulnerabilidade aos haitianos, como também de refugiados de outras nações em geral, deixando-os perante a exploração e violações dos direitos humanos (MIURA, 2014).

Os imigrantes não estavam apenas em risco por conta da exploração, mas como também em risco a suas integridades físicas, pois o intenso fluxo migratório de haitianos no Brasil produziu inquietações na população brasileira que começaram a observar os refugiados sob uma ótica de ameaça à sociedade. Portanto foi iniciado uma certa resistência da sociedade em aceitar os haitianos no solo brasileiro, isto era influenciado também pelo medo de terrorismo após o ataque as Torres Gêmeas em 2001. A falta de compreensão dos brasileiros sobre os direitos essenciais dos imigrantes e de certo modo a ignorância sobre o assunto, produziu uma onda de preconceito racial e étnico alimentados principalmente por meio de redes sociais como *Twitter*, *Instagram* e *Facebook* aos imigrantes haitianos. A falta de políticas sociais do governo voltadas à própria sociedade brasileira em esferas contra a discriminação, racismo e xenofobia aumentava a proliferação de mais ódio contra os refugiados. A situação começou a ficar fora do controle, quando cidadãos brasileiros começaram a agredir e ameaçar os imigrantes para deixarem o território, fazendo os mesmos a recorrer às forças policiais que nada agia a seu favor (BOGUS; FABIANO, 2015).

De acordo com Miura (2014), para resolver essa situação de vulnerabilidade dos migrantes, foi realizado a primeira Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio realizado em conjunto com o Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho, OIM, UNODC, ACNUR E PNUD. A Conferência tinha como foco promover um debate social amplo para a criação de políticas de migrações interligadas aos Direitos Humanos. De acordo com a UNODC (2014), houve um amplo debate sobre i) inserções sociais e as questões de diversidade; ii) proteção aos direitos humanos e inserção a cidadania; iii) promoção de debates com participação da sociedade. Com esta conferência foram elaborados documentos e lançados planos de integração aos migrantes. Toda esta conjuntura ajudou a alavancar e colocar em debate a pauta de migração dentro da comunidade internacional, dentre outras temáticas como tráfico de pessoas e trabalho escravo, porém em muitos dos planos apenas ficaram no papel.

3.1.3 As Políticas Públicas para os Estrangeiros

Por conta da enorme presença de imigrantes e as reações ambíguas da população brasileira, o governo decidiu focar em criar operações para alterar este cenário, a ONU estava observando as atitudes do governo, pois a partir do momento em que concedem vistos humanitários a população haitiana a responsabilidade sobre os mesmos era do Brasil, e seus direitos fundamentais deveriam ser respeitados (BOGUS; FABIANO, 2015). Com tantos debates gerados em torno da esfera do fluxo migratório no Brasil, o governo por sua vez percebeu suas dificuldades em acolher os refugiados, a falta de políticas eficazes e menos burocráticas, como também a falta de políticas sociais com a sociedade brasileira contra a discriminação aos imigrantes. O governo obtinha nas mãos uma tarefa difícil e não sabia como agir com eficiência, assim as organizações da sociedade civil engajadas na conscientização e com uma ótica voltada aos direitos humanos, apresentaram um projeto ao governo brasileiro no qual tinham cinco propostas para o quesito da legislação em torno da migração. Estas organizações promoveram audiências públicas com várias áreas do governo, e para engajar e gerar atenção dos representantes políticos brasileiros como também internacionais, levaram a pauta do projeto para os fóruns da comunidade internacional. Algumas destas organizações eram o Centro de Referência de Acolhida para Imigrantes de São Paulo (CRAI), o Conectas Direitos Humanos, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, dentre outras (ASANO; TIMO, 2017).

Através de todo o engajamento da sociedade civil foi levado ao Congresso Nacional de acordo com Asano e Timo (2017), a nova Lei de Migração em um momento em que o Brasil passava por regressão as temáticas dos Direitos Humanos, o projeto foi levado ao Senado Federal e o presidente, sendo estabelecido e entrado em vigência em 21 de novembro de 2017. A lei substituiu o Estatuto do Estrangeiro que tinha a ótica em torno da migração voltada a questões de segurança nacional. Entretanto a nova Lei de Migração não agradou a sociedade civil que apresentou um projeto completo para ser implementado, a lei aprovada obtinha pontos que iam contra o princípio de liberdade dos Direitos Humanos, com isto foi enviado um pedido ao governo para haver modificações na nova Lei estabelecida (MELO, 2017).

De acordo com Melo (2017), os pontos da nova Lei de Migração que menos agradava as organizações da sociedade civil eram as i) voltadas às esferas de trabalho

para obtenção de visto o que no projeto original não foi inserido ii) o longo processo para a concessão de vistos humanitários iii) asilo político e suas limitações iv) taxas para a geração de documentos sendo que muitos refugiados adentram ao país com situações financeiramente no limite v) expulsão de imigrantes, dentre outros. Esta modificação no projeto original apresentado pelas organizações da sociedade civil gerou uma onda de indignação e um abaixo assinado de críticos, membros das organizações e pessoas especializadas na esfera, salientando os pontos contraditórios da nova Lei de Migração (MELO, 2017).

No ano de 2017, foi criada uma CPI⁵⁹ pela CMSP⁶⁰ no qual tratou de diversas temáticas ligadas aos estrangeiros, escutando a sociedade civil, prefeituras e organizações que prestavam auxílio aos imigrantes e refugiados, e seus relatores ressaltando que o estado de São Paulo poderia promover uma convivência pacífica e estimulante para os imigrantes (GARCIA; OLIVEIRA, 2017). De acordo com Garcia e Oliveira (2017), algumas propostas apresentadas na CPI eram: i) criação de uma rede de acolhimento, valorização e integração dos imigrantes; ii) cursos de língua portuguesa para os imigrantes; iii) o acesso ao SUS; iv) criação de áreas de lazer e integração sociocultural v) o combate à violência principalmente contra mulheres dentre outros.

Garcia e Oliveira (2017), salientam que o estado de São Paulo era o mais engajado em criar políticas públicas e sociais, principalmente por ser o estado que mais recebia estrangeiros. Um ano antes da CPI ser criada, a Câmara Municipal permitiu um projeto que criava a Política Municipal para a População Imigrante pela Lei Nº 16.478, DE 8 de Julho de 2016, no qual no Art. 1º estabelecia que:

Fica instituída a Política Municipal para a População Imigrante, a ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, sob articulação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, I - garantir ao imigrante o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos; II - Promover o respeito à diversidade e à interculturalidade; III - impedir violações de direitos; IV - fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2016, p.1).

⁵⁹ A CPI foi presidida por Eduardo Suplicy (PT), em sua composição obtinha também Fernando Holiday (DEM), Fábio de Riva (PSDB), Caio Miranda Carneiro (PSB), Noemi Nonato (PR), Soninha (PPS), Gilberto Nascimento (PSC) (GARCIA; OLIVEIRA, 2017).

⁶⁰ Centro de Mídias da Educação de São Paulo

Entretanto estes engajamento e criação de políticas sociais não eram em todos os estados, como por exemplo no Pará, a cidade de Belém foi requisitado a necessidade de operações de emergência para acolher os migrantes e refugiados, tendo que o recorrer ao Comitê Federal de Assistência Emergencial agindo em conjuntura com a prefeitura, e os outros setores como o Ministério Público (G1 BELÉM, 2019). Pois a o governo se entrava inapto para controlar a situação em seu estado. O estado de Santa Catarina também recebeu um expressivo número de imigrantes, no qual o governo assumiu que realmente faltava políticas públicas para ajudá-los a auxiliar e acolher os imigrantes, porém um ponto bastante importante e que muitos dos haitianos no estado de Santa Catarina estavam “satisfeitos” com o que recebeu, pois, a situação de seus países era extremamente pior (RBSTV, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente monografia propõe, desde o início demonstrar o desenvolvimento da sociedade haitiana e sua resistência ao decorrer da sua história de exploração, instabilidade política, crises socioeconômicas e intervenções externas. O “desenvolvimento” econômico do país foi limitado, mesmo sendo um país extremamente rico em sua agricultura e reservas naturais, mas como a falta de desenvolvimento humano e de certo modo educacional e os governos ditatoriais, fez com que a própria população não evoluísse.

Apresentou-se, ademais, inúmeras intervenções externas e as consequências delas no território, fazendo com que o Estado haitiano se tornasse dependente de outras nações e ajuda humanitária para se desenvolver e reconstruir. O Haiti teve uma história conturbada que trouxe consequências até os dias atuais à população. Foi salientado a desigualdade social extrema do território, reduzindo as chances de estabilidade no território.

Pode-se verificar que por conta instabilidade e o colapso dentro de todas as esferas do estado, a ONU teve que intervir, mas neste período de forma positiva no território, obtendo apoio de inúmeras nações por meio de uma missão de paz, sendo ela a MINUSTAH. Deste modo foi configurado um enorme projeto para ampliar a reconstrução do Haiti como nação.

Foi verificado que a MINUSTAH foi essencial para o Haiti se restabelecer, como também ajudar a promover os países no qual fazia parte do mandato. Pois, assim como no passado, ajudar o Haiti não partia do foco de apenas oferecer ajuda humanitária, mas de se auto promover como protagonista e ampliar suas políticas externas. Como no caso do Brasil, que impulsionou na comunidade internacional ao participar de inúmeras missões de paz da ONU, sendo a principal a MINUSTAH.

Foi analisado o fluxo migratório Haiti-Brasil após o terremoto de 2010 no Haiti, que atrapalhou o mandato da MINUSTAH que encaminha bem o território. E como o Brasil por passar uma imagem de para a comunidade internacional de nação receptiva e acolhedora, se tornou uma das principais rotas de migração de haitianos. O trabalho analisou os aspectos políticos que o governo brasileiro usou, para receber os imigrantes haitianos, e como foi a recepção da sociedade brasileira, podendo ser verificado os inúmeros projetos de políticas públicas criadas a favor dos imigrantes e refugiados, com apoio de organizações internacionais e organizações da sociedade civil para ajudar o

governo a líder com os migrantes. Entretanto, mesmo com os números expressivos de projetos, o governo foi incapaz de oferecer os direitos fundamentais dos haitianos por meio de suas políticas públicas, os deixando em extrema vulnerabilidade a níveis do viviam em seus países.

Por fim, a linha argumentativa que desenvolveu no trabalho foi demonstrar como a interferências externas na história do Haiti, o limitou de desenvolver normalmente como outras nações de seu continente. E de como essas intervenções gerou uma desigualdade socioeconômica absurda, levando a população a migrar para outras nações, e se colocarem em risco, pois a temática de migração mundial se encontrava desatualizada e seguia princípios discriminatórios das raças e etnias dos refugiados.

REFERÊNCIAS

ABC, **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**, Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/> Acesso em 29 nov. 2021.

ACNUR, **Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas**, 2014. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Lei_947_97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_de_Refugiados_e_Apatrida_s.pdf Acesso em 14 nov. 2021.

ACNUR, **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo**, 2015. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Protegendo_Refugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016.pdf Acesso 15 nov. 2021.

ACNUR, **Apátridas**, 2021. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/> Acesso em 16 nov. 2021.

AFP, **um ano depois do furacão Matthew, Haiti está mais vulnerável que nunca**. Estado de Minas, 04 out. 2017. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/10/04/interna_internacional,906065/um-ano-depois-do-furacao-matthew-haiti-esta-mais-vulneravel-que-nunca.shtml Acesso em: 02 out. 2021

AGUILAR, S. **A Situação Jurídica das Operações de Paz das Nações Unidas**, Revista UFMG p. 685-706, jan./jun. 2016. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1776/1690#:~:text=Todo%20o%20pessoal%20a%20servi%C3%A7o,onde%20as%20opera%C3%A7%C3%B5es%20s%C3%A3o%20desdobradas> Acesso em 28 nov. 2021.

ALESSI, M. **A migração de Haitianos para o Brasil**, Conjuntura Global, Vol.2, n.2, abr./jun., p.82-86, Curitiba, 2013. Acesso em 09 nov.2021.

BAENINGER, R.; PERES, R. **Migração de Crise: A migração haitiana para o Brasil**, R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119 – 143, jan. /abr. 2017 Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MzJ5nmHG5RfN87c387kkH7g/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 05 nov. 2021.

BACHEGA, H. **Dez anos no Haiti: a missão militar ajudou a projetar o Brasil no mundo?** BCC NEWS BRASIL, jan. 2014. Disponível em

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140526_brasil_haiti_analise_hb

Acesso em 29 nov. 2021.

BBC NEWS BRASIL, **Haiti: a muita astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve que pagar por sua independência**, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129> Acesso em: 21 set. 2021.

BEZERRA, Lívia. **Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. São Paulo: Revista NERA, v. 19 Issue 34, p. 107-118, 2016.

BLACKBURN, R. **A Queda do Escravismo Colonial: 1776-1848**, Editora Record, Rio de Janeiro - São Paulo, 2002.

BOGUS, L.; FABIANO, M. **O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios**. Ponto e Vírgula, PUC-SP, No. 18, p. 126-145, 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723> Acesso em 15 nov. 2021.

CAVALCANTE, F., **Sucesso ou Fracasso? Uma Avaliação dos resultados da MINUSTAH**, Peacekeeping: actores, estratégias e dinâmicas, OpenEdition Journals, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.342> Acesso em 20 out. 2021.

CASA CIVIL, **Estatuto dos Refugiados de 1951**, 2021. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm Acesso em 16 dez. 2021.

CONNECTAS, D. H, a Nova **Lei de Migração é aprovada no Congresso**, abr./2017. Disponível em https://conectas.org/noticias/nova-lei-de-migracao-e-aprovada-no-congresso?_ga=2.128687812.953586118.1636507001-1513249614.1636507001 Acesso em 09 nov. 2021.

CONNECTAS, D. H, **5 Avanços da Nova Lei de Migração**, set. 2019. Disponível em <https://www.conectas.org/noticias/cinco-avancos-da-nova-lei-de-migracao/> Acesso em 09 nov. 2021.

DELFIM, R. **Itamaraty confirma que o Brasil estuda conceder visto humanitário a afegãos**, Migramundo, ago. / 2021. Disponível em <https://migramundo.com/itamaraty-confirma-que-brasil-estuda-conceder-visto-humanitario-a-afegaos/> Acesso em 05 de nov. 2021.

DURANS, A.; ROSENVERCK, C. **HAITI: significado histórico, realidade e perspectivas**, Revista de Políticas Públicas, 2016, pp. 127-133. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. Acesso em 05 de nov. 2021.

ELLER, A. **"The Haitians or the Whites? : Colonization and Resistance, 1861–1863" We Dream Together: Dominican Independence, Haiti, and the Fight for Caribbean Freedom**, Duke University Press, 2016. Disponível: <https://watermark.silverchair.com/9780822373766-005.pdf> Acesso 01 nov. 2021

FARIAS, R.; MARTINS, R. **Capacetes azuis brasileiros no Haiti: Instrumento de Smart Power para a política externa do Brasil?** Rev. Bras. Est. Def. v.6, jan./jun., p. 79-108, 2019.

FILHO, WO **Brasil e a Crise Haitiana: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2007. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf Acesso 26 out. 2021.

FRANÇA, R.; RAMOS, W.; MONTAGNER, M. **Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil**, Universidade de Brasília, UNB, Psicologia Social, v. 19, n.1, 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43008/29657> Acesso em 16 nov. 2021.

FREITAS, R., **Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti**, Revista de Villegagnon, p. 44-48, 2008. Disponível em <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000004/0000049a.pdf> Acesso em 28 nov. 2021.

FONTOURA, P.; UZIEL, E., **A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

FONSECA, J., **O Vodou no Bicentenário da Independência Haitiana**, Revista Ameríndia, ISSN 1980-4806, p. 55-60, Vol. 10, nov. 2011. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14695/1/2011_art_jmfonseca.pdf Acesso em 28 set. 2021.

GARCIA, R; OLIVEIRA, R; **Ponto de Recomeço: Câmara analisa políticas públicas voltadas aos refugiados e imigrantes que buscam uma vida melhor em São Paulo**, Portal da Câmara Municipal de São Paulo, dez. / 2017. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/ponto-de-recomeco/> Acesso em 16 nov. 2021.

G1 BELÉM, **Órgãos destacam a falta de políticas públicas de amparo a refugiados em Belém**, out. / 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/10/16/orgaos-destacam-a-falta-de-politicas-publicas-de-amparo-a-refugiados-em-belem.ghtml> Acesso em 16 nov. 2021.

GORENDER, J., **O épico e o trágico na história do Haiti**, *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004

HIRST, M.; NASSER, R.; **Brazil's involvement in peacekeeping operations: the new defense-security-foreign policy nexus**, NOREF REPORT, Norwegian Peacebuilding Resource Centre, sep/ 2014. Disponível em <https://www.files.ethz.ch/isn/184486/1f05a3ed4e305be65263b1dd53f1bd64.pdf> Acesso em 26 nov. 2021.

IPEA, **Situação dos Refugiados no Brasil será tema de estudo**, abr./2013. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17668&catid=6&Itemid=4 Acesso em 16 nov. 2021.

JOSEPH, H. **A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório**, Universidade do Rio Grande do Sul, Périplos, GT Glasco – Migración Sur – Sur, Vol.1, n.1, 2017. Acesso em 07 nov. 2021.

LABRADOR R.; ROY, D., **Haiti 's Troubled Path to Development**, Council on Foreign Relations, set. 2021. Disponível: <https://www.cfr.org/backgrounder/haitis-troubled-path-development> Acesso em 08 out. 2021.

NOGUEIRA, A.; **Neste dia, em 1791, começava a revolução haitiana, que deu origem ao primeiro país governado por Negros Libertos**, Aventuras na História, UOL, 2019. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/entenda-o-que-foi-a-revolucao-haitiana-1791.phtml> Acesso em 05 out. 2021.

MACEDO, L, **Missão de Paz no Haiti: 9 momentos para entender a história da operação liderada pelo Brasil**, G1 GLOBO, 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-9-momentos-para-entender-a-historia-da-operacao-liderada-pelo-brasil.ghtml> Acesso em 29 nov. 2021.

MENDONÇA, M., **A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

MELO, J., **Entenda os Motivos Históricos da Crise Política e Econômica no Haiti**, Internacional, R7, 2021. Disponível em <https://noticias.r7.com/internacional/entenda-os-motivos-historicos-da-crise-politica-e-economica-no-haiti-02082021> Acesso em 09 out. 2021.

MELO, R.; PONGNON, R; NAHUM, V; **A República do Haiti e o Processo de Construção do Estado-Nação**, Revista Brasileira do Caribe, Vol. XIII, n. 26, pp. 461-494, Universidade Federal de Goiás, jan. /jun. 2013.

MELO, P. **A Lei de Migração entra em vigor, mas a regulamentação é alvo de críticas**. Folha de S. Paulo, 2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1936866-lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-e-alvo-de-criticas.shtml> Acesso em 14 nov. 2021.

METZNER, T. **Haitian Migration to Brazil: Research in the Country Of Origin**, Migration Notebook No. 6, International Organization for Migration Regional Office for South America, Buenos Aires, 2014.

MIURA, H. **The Haitian Migration Flow to Brazil: Aftermath of the 2010 Earthquake**, The Americas, SEM, p. 149-163, 2014. Disponível em <http://labos.ulg.ac.be/hugo/wp-content/uploads/sites/38/2017/11/The-State-of-Environmental-Migration-2014-149-165.pdf> Acesso 11 nov. 2021.

MILESI, R. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos, Instituto Migrações e Direitos Humanos, IMDH, 2010 Disponível em http://www.mp.go.gov.br/portaIweb/hp/41/docs/por_uma_nova_lei_migracao.pdf Acesso em 14 nov. 2021.

MORAIS, P. MINUSTAH: **O Brasil na Missão de Paz no Haiti**, Politize, Política Internacional, 2018. Disponível em <https://www.politize.com.br/minustah-missao-de-paz-no-haiti/> Acesso em 12 out. 2021.

MORALES, M., **Haiti Under Presidente Martelly: Current Conditions and Congressional Concerns**, Congressional Research Service, Informing the legislative debate since 1914, Dec./2015.

MORAES, I; ANDRADE, C; MATTOS, B; **A imigração haitiana para o Brasil: Causas e desafios**, Conjuntura Austral, vol.4, n.20, 2013. Disponível em Downloads/35798-174329-1-PB.pdf Acesso em 07 nov. 2021.

PINTO, T., **jacobinos negros e a Independência do Haiti**, História do Mundo, 2021. Disponível em <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/jacobinos-negros-e-a-independencia-do-haiti.htm> Acesso em 07 out. 2021.

SHEN, K. **History of Haiti: 1492-1805: Spanish Rule**, Brown 's Department of Africana Studies, Brown University, out. 2015. Disponível em <https://library.brown.edu/haitihistory/1sr.html> Acesso em 22 out. 2021.

SOARES, A.; SILVA, E., **A revolução do Haiti: Um estudo de caso (1791-1804)**, Ameríndia, ano 1, vol. 1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yFzffjNFq7jpmwwxDhJLyGM/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 27 set. 2021.

TAVARES, H. **Haitianos recebem residência permanente no Brasil**, ACNUR, ago. 2011. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2011/08/30/haitianos-recebem-residencia-permanente-no-brasil/> Acesso em 05 nov. 2021.

TABER, R. **Navigating Haiti's History: Saint-Domingue and the Haitian Revolution**, Department of history, History Compass 13/5 (2015): 235-250, 10. 1111 / hic3. 12233, University of Florida, PO Box 117230, Gainesville, FL 32611, USA.

TEIXEIRA, C. **O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

ORLANDI, A. **The Haitian Revolution: between ideologies and migrations**, University of Bologna, Book, mai./2020. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/341160975_The_Haitian_Revolution_between_ideologies_and_migrations Acesso em 02 nov. 2021.

PÁSSARO, M.; COGO, D. **A “foto roubada” – mídias, visibilidade e cidadania da imigração haitiana no Brasil**, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E- compós, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017.

PATRIOTA, A. **Haiti: Desafios e Oportunidades no Pós-terremoto**, Boletim de Economia e Política Internacional, 2014. Disponível: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4727/1/BEPI_n2_haiti.pdf Acesso em 02 nov. 2021.

PAULA, I. **Dez anos depois: relembre o terremoto do Haiti e a ajuda brasileira na tragédia, O povo**, 2020. Disponível: <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/01/12/dez-anos-depois--relembre-o-terremoto-do-haiti-e-ajuda-brasileira-na-tragedia.html> Acesso em 02 nov. 2021.

RBS TV, **SC tem 50 mil imigrantes: “faltam políticas públicas de acolhimento”, diz pesquisadora da Udesc**, G1 Santa Catarina, 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/sc-tem-50-mil-imigrantes-faltam-politicas-publicas-de-acolhimento-diz-pesquisadora-da-udesc.ghtml> Acesso em 17 nov. 2021.

ROSA, I.; MEJIA, M.; PERICO, E. **Políticas públicas e redes de apoio aos migrantes haitianos em pequeno município do Rio Grande do Sul**, Brasil. Serv. Soc. São Paulo, n. 141, p. 285-302, maio/ago. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/McNtYckmFxbSKy876pj7Wkv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 09 nov. 2021.

UNICEF, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em 14 nov. 2021.

UNODC, **Comigrar reúne 788 pessoas para discutir Política Nacional de Migrações e Refúgio**, 2014. Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/06/03-comigrar-reune-788-pessoas-para-discutir-politica-nacional-de-migracoes-e-refugio.html> Acesso em 12 nov. 2021.

VIANA, S., **A MINUSTAH e a Participação Brasileira**, Dossiê Temático, Revista Senso Comum, N.1, p.22-37, 2009. Acesso 14 nov. 2021

VIEIRA J.; ASSUNÇÃO, J., **A Crise no Haiti Pós-independência, de 1804-1915**. Ameríndia, Vol. 2, Número 2, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13930/1/2006_art_jtvieira.pdf Acesso em 28 set. 2021.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

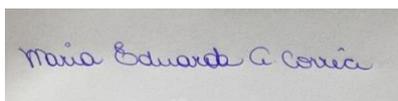
ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante MARIA EDUARDA ALVES CORREA do Curso de Relações Internacionais matrícula 20181004300302 telefone: 62992033690 e-mail madu.correa@hotmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **HAITIANOS EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA: O processo migratório Haiti – Brasil durante a MINUSTAH (2004-2017)**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 21 de dezembro de 2021.

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo do(s) autor(es): MARIA EDUARDA ALVES CORREA

Assinatura do professor-orientador:



Nome completo do professor-orientador: RENZO NERY